

CANDIDATURAS TRANS E TRAVESTIS

obstáculos e violências
na política brasileira.



Realização



Parceria



JUNHO / 2021

AUTORAS

Alice Gonçalves

Carolina Veludo

Chiara Passoni

Clara Batista

Luiza Castelo

COORDENADORES

Thiago Amparo

Luciana Ramos

Juliana Marin

Luã Ferreira

Nathalia Dutra

PARCEIROS

Bruna Benevides

Associação Nacional de
Travestise Transexuais **(ANTRA)**

PROJETO GRÁFICO

Marcelle Baptista

As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva de seus autores e coordenadores, não expressando a opinião da instituição FGV Direito SP.



SUMÁRIO EXECUTIVO

Entre 2016 e 2020, o número de pessoas transgênero e travestis na política institucional municipal triplicou. No entanto, a existência trans na política eletiva ainda enfrenta uma série de desafios, pois apesar do aumento, apenas 30 candidaturas transgênero e travestis foram eleitas em 2020. E afinal, quem são essas pessoas? De que forma a violência LGBTQfóbica permeia e escancara as desigualdades no período eleitoral? Nota-se que a falta de representação política é fator determinante para a manutenção da exclusão social e econômica. A política institucional, ao lado da luta dos movimentos sociais, é um dos meios pelo qual, no sistema de democracia representativa, se conquista e concretiza direitos. Isto é, a inserção deste grupo dentre os representantes amplia a possibilidade de que as suas perspectivas sejam consideradas sobre cada questão — de acordo com a trajetória de cada um dos eleitos; não se tratam apenas de pessoas transexuais ou travestis, há um conjunto de outros marcadores sociais que perpassam suas identidades como, por exemplo, raça, gênero e classe social.

Como forma de responder às perguntas apresentadas, optou-se por realizar **(i)** um

mapeamento de candidaturas transgênero e travestis eleitas em 2020 para cargos de vereança, **(ii)** um mapeamento de notícias sobre violência política contra candidaturas e mandatos de pessoas transexuais e, por fim, **(iii)** um mapeamento de experiências internacionais acerca da participação política, cultural e social de pessoas transgênero e travestis.

A partir destas análises, constatou-se que existe disparidade entre o registro sexo do TSE e a auto-identificação de gênero e nome das candidaturas, bem como dificuldades para encontrar dados de candidaturas coletivas pois as/os co-candidatas/os não estão nos registros do Tribunal. Ainda neste sentido, a subnotificação (ou até mesmo falta de denúncias) de casos de violência política é evidente: a maioria das notícias localizadas diz respeito a vereadoras do Sudeste, marcando as divisões de acesso à informação no país. Assim, é possível compreender que os dados obtidos não retratam a realidade de violências políticas contra pessoas transexuais e travestis, mas apresentam ao menos uma parcela desta realidade.

Sugere-se então, o enfrentamento dos desafios apresentados a partir das seguintes recomendações:

CATEGORIAS	A QUEM SE DESTINA	RECOMENDAÇÕES
Proteção de eleitas/os perante a violência política	TSE, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e respectivas Secretarias de Direitos Humanos no âmbito estadual.	Formulação de um plano de proteção contra violência política às/aos candidatas/os, familiares e assessores com recursos alocados e amparo das organizações locais de Direitos Humanos.
Padronização estadual e coordenação nacional da coleta de dados sobre violência política contra pessoas transgênero e travestis	TSE, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e respectivas Secretarias de Direitos Humanos no âmbito estadual.	Ampliação da coleta de dados sobre crimes de ódio, incluindo um mapeamento acerca da violência política contra candidaturas transgênero e travestis.
Levantamento Nacional de dados sobre população LGBTQIA+ no Brasil	IBGE e outros entes que realizam pesquisas.	A realização de um mapeamento para coletar dados sobre quantas pessoas LGBTQIA+ existem no país.
Coleta de dados	TSE e outros entes que realizam pesquisas.	Coleta de dados sobre candidaturas transgênero e travestis.
Nome social	TSE Partidos políticos	Instrução de pessoas transgênero e travestis por parte dos partidos quanto ao preenchimento do formulário de candidatura.
Proposta de curso	TSE, Sociedade Civil, Partidos Políticos e Instituições de Ensino Superior.	Organização de um curso a ser realizado por organizações da sociedade civil.



SUMÁRIO

1	AGRADECIMENTOS_09
2	PREFÁCIO_10
3	PARTE 1: Apresentação da Pesquisa_12
4	PARTE 2: Nota metodológica_19
	4.1 Mapeamento de candidaturas transgênero e travestis eleitas em 2020 para cargos de vereança_20
	4.2 Mapeamento de notícias sobre violência política contra candidaturas e mandatos transexuais e travestis_21
	4.3 Mapeamento de experiências internacionais_23
	4.4 Nota sobre a linguagem_24
5	PARTE 3: Direito eleitoral e diversidade de gênero: o panorama brasileiro_26
	5.1 Histórico de candidaturas transgênero e travestis no Brasil_27
	5.2 O caso de 2020: perfil das/os eleitas/os_29
	i. Marcadores sociais: gênero, raça e escolaridade_29
	ii. Localização geográfica e posição político-partidária_32
	iii. Financiamento de Campanha_34
6	PARTE 4: Candidaturas transgênero e travestis eleitas: desafios e perspectivas_36
	6.1 Violência política contra pessoas transgênero e travestis eleitas: casos brasileiros_38
	6.2 Soluções apresentadas ao Brasil para os casos de violência política_45
	6.3 O cenário internacional: iniciativas públicas e privadas que colaboraram para a campanha eleitoral de candidatas e candidatos transgênero e travestis_47
7	PARTE 5: Recomendações_52
8	BIBLIOGRAFIA_58
9	ANEXOS_63

1. Agradecimentos

Antes de iniciar a apresentação desta Nota Técnica e de seus resultados de pesquisa, é necessário dedicar algumas palavras a todas e todos que possibilitaram a sua realização. Primeiramente, gostaríamos de agradecer ao professor Thiago Amparo e à professora Luciana Ramos, nossos coordenadores da Clínica de Diversidade & Eleições. O estudo e a troca durante meses foram muito proveitosos para instigar reflexões urgentes em um mundo, e um Brasil, que necessita de maior representatividade, diversificação de vozes na política institucional e mecanismos de garantia e proteção da Democracia.

Agradecemos também à pesquisadora auxiliar Juliana Marin e aos monitores Luã Ferreira e Nathalia Dutra pela atenção, comentários e cuidado constante tanto com as/os alunas/os quanto com este produto. Muito obrigada aos pesquisadores e ativistas que não nos acompanharam durante todo o caminho, mas fizeram comentários pontuais de extrema relevância para atualizarmos e melhorarmos nosso trabalho.

À Carolina Iara, Anielle Franco, Sheila Carvalho, Ingrid Farias, Cristiano Rodrigues, e Irapuã Santana pelas palestras que apontaram problemas, mas também nos mostraram caminhos para a solução da violência contra pessoas trans e travestis eleitas. À Bruna Benevides, Luiz Augusto Campos e Diogo Rais pelos apontamentos preocupados tanto com o rigor normativo quanto com a realidade fática; e pelas recomendações de pesquisas que nos auxiliassem a explicar cada vez mais a amplitude e importância da temática.

2. Prefácio

O presente trabalho incorpora diversos elementos e olhares de pesquisadores e especialistas sobre a participação de pessoas trans/travestis na política. Estudantes que compõem a clínica jurídica da FGV, professores, pesquisadores, técnicos, representantes dos movimentos sociais e experts do assunto se reuniram para se debruçar sobre o paradoxo da eleição de pessoas trans em um cenário totalmente adverso.

Não apenas para construírem uma análise histórica, mas também para analisarem como a prática da política institucional impacta a vida de pessoas trans que se colocaram para a disputa eleitoral. Além disso, este trabalho traz uma reflexão sobre de que forma os cargos para os quais pessoas trans foram eleitas se refletem em suas vidas e para a sociedade como um todo.

Ressalto aqui que ao acompanhar a eleição de um grupo de pessoas que historicamente vêm sendo negligenciado pela ausência de políticas públicas e enfrenta processos de subrepresentação em espaços institucionais da política partidária, observamos que seus corpos se tornaram alvo direto da violência política de forma desproporcional em relação a outros grupos minorizados

que também alcançaram êxito nas eleições e que também sofreram violência política. O momento em que o estado brasileiro tem falhado na defesa dessa população, e especialmente das pessoas trans que foram eleitas, é exatamente quando vem sendo identificada a organização de uma agenda anti-gênero, que incorpora a transfobia estrutural ao racismo, machismo e a (trans) misoginia, e onde o autoritarismo se faz presente, e acabam por proporcionar um ambiente social que favorece o aumento da violência política.

No mesmo ano em que o Brasil bateu recorde de violência e assassinatos contra travestis e mulheres trans, de acordo com a dados da pesquisa feita pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), e que colocam o país como o que mais assassina pessoas trans do mundo pelo 12º ano consecutivo, vimos aumentar significativamente a eleição de travestis, mulheres e homens trans para o cargo de vereança. Sendo a maioria de pessoas trans femininas, muitas delas negras, moradoras da periferia, em primeiro mandato e oriundas de movimentos sociais organizados onde já atuavam

como defensoras de direitos humanos. Este trabalho pretende ainda identificar os principais elementos presentes na violência destinada as pessoas trans eleitas, a fim de que sejam sugeridas ações e pensadas políticas públicas para o enfrentamento desse tipo de violência, que é facilmente identificada como uma forma de tentar impedir a participação de pessoas trans/travestis na política, assim como dificultar o pleno exercício de seus cargos – colocando em risco ainda as pessoas que compõem os respectivos gabinetes e seus familiares. **Isso ocorre onde algumas delas não apenas foram eleitas, mas foram as mais votadas de seus municípios.**

Além disso, pretende-se aprofundar sobre os perfis dessas candidaturas e das pessoas eleitas, para que seja possível verificar como se organizaram as pessoas trans para a disputa eleitoral, os apoios e as dificuldades durante as eleições. Além de explicitar as diversas faces da transfobia e seus cruzamentos que surgem do debate público. Seja em matérias de jornais de grande repercussão nacional, denúncias em redes sociais ou ainda nas movimentações de grupos de defesa de direitos humanos em torno da denúncia a órgãos nacionais e internacionais, a fim de garantir a proteção dessas par-

lamentares, que constantemente tem suas identidades deslegitimadas, suas vidas pessoais expostas, e onde nem mesmo as casas legislativas tem sido um ambiente seguros para essas pessoas. **Pessoas trans na política não se trata exatamente um fenômeno, mas o fruto de uma luta histórica no Brasil.** E o que precisamos nesse momento é barrar a epidemia de violência que segue vitimando corpos dissidentes que tem se organizado para disputar espaços de poder como forma de representar a luta de quem anseia por democracia, acesso a direitos e a dignidade num país que diariamente viola os direitos de sua população.

**O País que mais
elege pessoas trans
não pode continuar
sendo o que mais as
assassina.**

Bruna Benevides

Militar da Marinha, Feminista, TransAtivista, Defensora de Direitos humanos e pesquisadora da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA).



PARTE 1

Apresentação da Pesquisa



3. Parte 1:

Apresentação de Pesquisa

O relatório da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), de 2020 sobre as eleições afirma:

“ Quando uma pessoa Trans decide colocar o seu corpo para a disputa eleitoral ela está segura do seu papel na sociedade, e quer exatamente fazer nesse lugar o que ela desejou durante toda a sua vida, mesmo sabendo das adversidades que vai encontrar nesse caminho. E é importante ter em mente que não existe luta individual e que toda atuação política deve ter como compromisso a transformação da sociedade ao ponto em que consigamos enfrentar as desigualdades e injustiças ”. (BENEVIDES; SIMPSON, 2020).

As eleições municipais de 2020 apresentaram um marco na história da participação de pessoas transgênero e travestis¹ na política institucional:

Ao menos 30 candidaturas foram eleitas para ocupar cargos de vereança em todo o país.

¹ Uma pessoa transgênero é uma pessoa que não se identifica, independentemente do grau, com o gênero atribuído a ela no momento de seu nascimento em decorrência de seu órgão sexual. Pode ser uma mulher transexual, um homem trans, uma travesti ou uma pessoa com uma identidade de gênero não binária (que vai além do homem/mulher). É importante ressaltar que transexual e transgênero são sinônimos, considerando que a realização ou não de cirurgia de redesignação sexual não é determinante na identidade de gênero.

O número de representantes transexuais, transgênero e travestis eleitas/os triplicou em relação às eleições de 2016.

Diante desse cenário, diversas perguntas emergem: por que ter pessoas trans e travestis ocupando cargos eletivos na política é relevante? E por que essa representação, mesmo com o aumento visto em 2020, ainda é tão baixa?

A presente nota técnica se propõe a encarar a segunda pergunta de forma profunda, partindo da premissa de que a política e as eleições não ocorrem no vácuo: não é possível pensar na representatividade nas eleições sem pensar quais são os desafios concretos postos a essas candidaturas no Brasil, hoje. Partindo de perguntas como:

QUEM SÃO AS PESSOAS TRANSGÊNERO E TRAVESTIS ELEITAS?

Como a transfobia e outras desigualdades operaram na candidatura e no início do mandato dessas pessoas?

A nota técnica objetiva explicitar a relação entre direito eleitoral/sistema eleitoral e identidade de gênero no Brasil, tendo como foco como as desigualdades operam no processo eleitoral, tanto durante a campanha quanto durante o mandato.

Espera-se que, expondo os desafios e problemas enfrentados pelas candidaturas transgênero e travestis no ano de 2020, possamos pensar a questão da representatividade e da existência transgênero e travesti na política eletiva com urgência. Pessoas transgênero e travestis não só não conseguem acessar a política institucional como, quando o fazem, são alvo de violências sistêmicas que, como no caso de Madalena Leite (METRÓPOLES, 2021), podem culminar em assassinatos.

Entretanto, vê-se como necessário, antes de partir para as análises dos desafios e dos dados, compreender a importância da eleição de representantes transgênero e travestis para os diferentes níveis legislativos e executivos. Segundo a autora Hannah Pitkin, o ato de “representar”, na política, significa agir no interesse dos representados de modo responsivo:

“ [r]representação pode ser vista como uma correspondência precisa entre legislativo e a nação, não para fins de informação, mas para garantir que o legislador faça o que o seu próprio povo teria feito se tivesse agido diretamente”. (Pitkin, 1972. p.84).

A autora admite que uma “precisão perfeita de correspondência seria impossível”, o que significa que, na política, representação adequada é uma questão de determinar quais características da população são relevantes e devem ser reproduzidas pelo corpo político. Essas características mudam de acordo com o contexto histórico, cultural ou regional, mas um espelhamento adequado do representado pelo corpo de representantes mantém uma meta que deve ser perseguida (PITKIN, 1972, p.87).

Nesse sentido, não é necessária uma representação exata de cada grupo social, mas sim que grupos politicamente relevantes sejam considerados importantes para questões relacionadas à desigualdade. Esta representação não existe por si só, mas deve resultar em algum tipo de poder que não existe na sociedade em termos de paridade.

A representação política de diversos grupos de interesse tem mais de um sentido na democracia: a representação pode corresponder tanto à presença de membros desses grupos nos espaços de decisão quanto à consideração de seus interesses no processo de tomada de decisão. O segundo conceito indica que “é suficiente que um corpo legislativo leve em conta os interesses de todos os eleitores, sem necessariamente conter membros de todos os grupos existentes na sociedade”, enquanto que o primeiro implica que, para que um parlamento seja considerado democrático, este deve ser composto por membros de diversos grupos da sociedade representada, de forma a melhorar a correspondência entre representante e representado (Ibidem). Essas noções de representação estão conectadas ao debate sobre política

de ideias e políticas de presença. De acordo com Anne Phillips (1993), a preocupação com a ação substantiva da representação está relacionada com a “política das ideias” e a preocupação com as características de quem exerce o papel representativo está relacionada com a “política da presença”.

O cientista político Luiz Felipe Miguel argumenta que o acesso de grupos politicamente excluídos das esferas de deliberação pública é necessário porque essas pessoas partem de uma mesma perspectiva social, vinculada a certos padrões de experiência de vida (MIGUEL, 2001). A importância de grupos social, econômica e politicamente excluídos ocuparem a política institucional é uma questão estudada há bastante tempo e, portanto, reflexões sobre a participação de outros grupos podem ser úteis para compreender os motivos pelos quais faz, sim, diferença ter pessoas diversas ocupando os lugares de deliberação do Brasil.

É por meio da exclusão da política institucional que se garante a manutenção da exclusão social e econômica, dado que é pela política que, no sistema de democracia representativa, se conquista e concretiza direitos. Tal exclusão,

fruto de um processo histórico de segregação e desigualdade, implicou e continua implicando em consequências práticas para a entrada na política de pessoas que integram grupos que carregam marcadores sociais de vulnerabilidade, tais quais mulheres, pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiência e pessoas LGBTQIA+².

Luiz Augusto Campos e Carlos Machado, ao estudarem a relação entre raça e eleições (CAMPOS; MACHADO, 2020), fazem importantes ponderações a respeito da necessidade de representatividade no legislativo e executivo, retomando o conceito de democracia representativa. Ao assumir que, por meio das eleições, as pessoas eleitas representarão o povo, há uma especial importância em compreender quem é eleito e se, de fato, todos os grupos que são parte da população estão representados. Entretanto, somente essa reflexão não basta: apenas as pessoas que fazem parte de um grupo minorizado são porta-vozes legítimos de seus interesses? Transpondo a reflexão para pessoas trans, não podem pessoas cis representar pessoas transgênero e travestis?

Ao afirmar que precisamos de pessoas transgênero e travestis na política, não afirmamos que pessoas transgênero e travestis precisam entrar na política com o único intuito de defender os interesses das pessoas transgênero e travestis.

Todo representante representa todo o corpo eleitoral³; assim, **a importância de ter pessoas transgênero e travestis vai muito além de garantir direitos para este grupo específico, embora isso também seja relevante. A necessidade democrática de haver diversidade entre os representantes eleitos é que, enquanto diferentes, cada pessoa tem uma perspectiva sobre questões no geral.**

Campos, em palestra à FGV, afirmou que a valorização da representação de grupos minoritários “não significa necessariamente a eleição de porta-vozes de certos grupos, mas sim a

² A sigla representa a comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, transgênero, transexuais e travestis, queer, intersexo, assexuais ou outras identidades de gênero e/ou orientação sexual não compreendidas pelas letras da sigla.

³ Luiz Augusto Campos, em palestra à FGV no âmbito da Clínica de Diversidade & Eleições no dia 25 de fevereiro de 2021, via Zoom.

compreensão de que para representar a todos é preciso que todos façam parte do corpo político”.

A título de exemplo, Patricia Hill Collins discute essa questão no contexto da necessidade e contribuição do feminismo negro, no qual ressalta a importância das pessoas negras assumirem o protagonismo para definir a si mesmas e a maneira como enxergam as questões debatidas no feminismo:

“ Quando mulheres negras definem a si próprias, claramente rejeitam a suposição irrefletida de que aqueles que estão em posições de se arrogarem a autoridade de descreverem e analisarem a realidade têm o direito de estarem nessas posições. Independentemente do conteúdo de fato das autodefinições de mulheres negras, o ato de insistir na autodefinição dessas mulheres valida o poder de mulheres negras enquanto sujeitos humanos ”. (COLLINS, 2016)

Analogamente, pode-se utilizar a reflexão de Collins para pensar o papel das pessoas transgênero e travestis na política: muito mais do que uma “cota legislativa”, vale pensar que a inserção deste grupo dentre os representantes amplia a possibilidade de que os representantes, como um grupo, possam ter diferentes perspectivas sobre cada questão; perspectivas essas que mudam de acordo com

a trajetória de cada pessoa eleita. Ainda, Collins chama a atenção para a falta de consenso entre um grupo: não é porque há algumas vivências compartilhadas entre pessoas que elas vão concordar ou convergir em todos os posicionamentos. Assim, a defesa pela representação das pessoas transgênero e travestis na política é uma defesa pela escuta de diferentes vozes, para que elas sejam parte das decisões; e não a interpretação de que a pessoa transgênero ou travesti tem sua existência resumida a sua identidade de gênero sem que haja outra experiência que a diferencie.

Portanto, vê-se a importância da representação de pessoas transgênero e travestis na política para garantir uma representação efetiva da sociedade. Com essa pergunta respondida, torna-se a segunda e principal questão:

Mesmo sendo tão importante, por que essa representação é tão baixa e como mudar esta realidade?

Parabenizamos a coragem das pessoas transgênero e travestis que se candidataram não apenas no ano de 2020, mas sempre, pois estão se propondo a enfrentar a desigualdade presente no centro da nossa democracia. Esperamos que, a partir dos diagnósticos da nota técnica e das sugestões oferecidas, cada vez mais pessoas transgênero e travestis possam se apresentar na política institucional com equidade de oportunidades e sem medo de ocupar cargos políticos.



PARTE 2

Nota metodológica

3. Parte 2:

Nota Metodológica

A presente nota técnica foi fruto de pesquisa coletiva construída na Clínica de Diversidade & Eleições da graduação em Direito da Fundação Getúlio Vargas realizada no primeiro semestre de 2021. Foram adotados métodos de padronização e sistematização de dados para possibilitar análises prática e teórica da realidade política apresentada.

Foram três etapas distintas da pesquisa. Primeiro, foi feito um mapeamento das candidaturas eleitas em 2020 para cargos de vereança, com uma coleta de dados extensa sobre essas pessoas. Em um segundo momento, foi realizado o mapeamento de notícias com o objetivo de identificar casos de violência política vivenciados por estas/es candidatas/os eleitas/os. Por último, um mapeamento de experiências internacionais almejou traçar possíveis caminhos de políticas públicas a serem adotadas pelo Brasil para melhorar a situação de pessoas transexuais, transgêneros e travestis na política institucional. A metodologia de todas as partes da pesquisa estão explicadas abaixo:

a. Mapeamento de candidaturas transgênero e travestis eleitas em 2020 para cargos de vereança

Em primeiro lugar, é necessário explicitar que esta pesquisa está situada em um universo de outros estudos, mapeamentos, relatórios e dossiês já realizados. Dada a dificuldade de encontrar dados oficiais relacionados à população LGBTQIA+ e sua participação em eleições em razão da falta de comprometimento estatal em realizar esse monitoramento, o esforço da construção da pesquisa sobre pessoas transgênero e travestis na política faz parte de uma atuação da sociedade civil. Mesmo com esta dificuldade, o universo de pesquisas foi importante, pois foi a partir dele que esta metodologia foi estabelecida.

Assim, o pontapé inicial para realização desta pesquisa foi o mapeamento feito pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) durante e após as eleições municipais de 2020. O relatório mapeou, por meio de redes sociais e grupos trans-centrados, candidaturas de pessoas transgênero e travestis ao

redor do Brasil (BENEVIDES; SIMPSON, 2020). De uma forma geral, além de listar todos os nomes, estabelece uma macro-análise sobre essas candidaturas. Foi a partir deste relatório que, tendo o nome das candidaturas transgênero e travestis eleitas em 2020 para vereança, foi possível estabelecer a coleta de dados. Foi criada uma tabela⁴ objetivando a compilação dos seguintes dados extraídos do site DivulgaCand⁵ do TSE sobre as eleições municipais de 2020:

- a. Nome Social [presente no mapeamento da ANTRA];**
- b. Nome de urna;**
- c. Nome completo registrado no site do TSE;**
- d. Data de nascimento;**
- e. Sexo [masculino ou feminino];**
- f. Gênero [heteroidentificação];**
- g. Raça/Cor [branco, preto, pardo, indígena ou amarelo];**
- h. Escolaridade;**
- i. Região;**

Utilizou-se o site do TSE como fonte, sempre pensando na possibilidade de disparidade entre o registro sexo

do tribunal e a auto-identificação de gênero e nome das candidaturas e ainda nas dificuldades de encontrar dados para candidaturas coletivas, pois as/os co-candidatas/os não estão nos registros do TSE.

A tabela completa com todos esses tópicos para cada uma das candidaturas eleitas para cargos de vereança no Brasil em 2020 pode ser verificada no Anexo A. Os campos da tabela que constam em amarelo foram campos cuja informação não foi divulgada ou encontrada na base de dados do TSE.

b. Mapeamento de notícias sobre violência política⁶ contra candidaturas e mandatos transexuais e travestis.

A segunda etapa da pesquisa foi a realização de um mapeamento de notícias. Algumas ressalvas devem ser feitas em relação à busca de notícias para casos de violência. Esta busca,

⁶ Utiliza-se o termo violência política nesta Nota Técnica como atos de agressões físicas, psicológicas, morais, sexuais, virtuais, institucionais contra pessoas que fazem parte da cena pública brasileira, cometida com o objetivo de atentar contra a vida, agredir, ameaçar, ofender ou limitar ilegalmente, por qualquer meio, o pleno desenvolvimento e a participação política de dirigentes partidárias/os e representantes eleitas/os, candidatas/os e pré-candidatas/os e impedir ou restringir o acesso e exercício de funções públicas. Estas ideias estão desenvolvidas no item 4 da presente nota técnica.

⁴ Esta tabela pode ser encontrada no **Anexo A**.

⁵ O caminho específico foi entrar no site (<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/>), selecionar a região e o estado desejado, clicar na opção "Candidatos" e escolher o município da candidatura. Em seguida, foi selecionada a opção "Vereador" para enfim pesquisar o nome da/o candidata/o específica/o.

por mais que seja uma metodologia muito utilizada por grupos LGBTQIA+ dada a subnotificação de casos, tem alguns problemas que precisam ser mencionados.

Como coloca o Grupo Gay da Bahia, “a mídia está longe de noticiar a totalidade dos casos, quer por ignorar a identidade de gênero ou orientação sexual das vítimas, quer devido às lacunas dos registros policiais” (OLIVEIRA; MOTT, 2019) ou, até pela falta de denúncia das violências políticas. Assim, esses fatores

“ Impossibilitam ao olhar não especializado identificar as características subjacentes aos crimes de ódio, mesmo porque a violência contra a população LGBT+ é multiforme e, sem instrumentos precisos para seu monitoramento, especialmente devido ao desinteresse das autoridades estatais em promover a cidadania dessas pessoas”. (OLIVEIRA; MOTT, 2019).

Nesse sentido, é possível compreender que os dados obtidos não retratam a realidade de violências políticas contra pessoas transexuais e travestis, mas apresentam apenas uma parcela desta realidade. Por mais que os dados não estejam completos, dada a subnotificação, espera-se que a impactante apresentação destes dados seja suficiente para ratificar “uma demanda consistente e crescente por

maior garantia dos direitos básicos necessários à sobrevivência” (PERES; SOARES; DIAS, 2018) e atuação política dessas pessoas. Evidenciar e informar números contribui com a busca por uma maior atenção dos órgãos públicos diante da situação alarmante de desamparo em que as pessoas transgênero e travestis em exercício de campanha ou cargo político eletivo se encontram na sociedade brasileira (PERES; SOARES; DIAS, 2018). Para possibilitar uma pesquisa qualitativa, foi feita uma pesquisa no Google Notícias de casos de violência política passados pelas candidaturas eleitas em 2020. Com intuito exploratório e com base em chaves de pesquisa que combinavam o nome da vereadora ou vereador com os termos “violência”; “denúncia”; “transfobia” (eg. “Erika Hilton”+ violência), foram encontradas diversas notícias, totalizando **18 CASOS DE 13 VEREADORAS/ES**. Os seguintes pontos foram registrados em diferentes notícias:

- a. Pessoa violentada;
- b. Resumo do caso;
- c. Tipo de violência [psicológica e moral, institucional, virtual e/ou física];
- d. Momento da violência [campanha ou mandato];

e. Local da concretização da violência (se virtual: local na rede social. Ex: foto do perfil do Instagram da candidata);

f. Interseccionalidades com outros marcadores sociais (apenas se descritas ou mencionadas nas notícias);

g. Autor/a da violência;

h. Foi feita denúncia à autoridade ou órgão competente? Qual e como?;

i. Respostas das autoridades;

j. Relatos.

Apesar de um grande número de notícias encontradas, **mais da metade das pessoas eleitas não tem notícia sobre casos. Contudo, isso não significa que essas violências não ocorram, elas talvez apenas não sejam compreendidas como violência e também não sejam noticiadas por jornais.**

Ainda, a maior parte das notícias são de vereadoras eleitas no Sudeste, o que é uma marca das divisões de acesso à informação e narrativas midiáticas perante as disparidades regionais no Brasil.

Após este passo, uma nova pesquisa foi realizada. Com o objetivo de demonstrar a amplitude de notícias

sobre violência política dentro das notícias sobre as candidaturas eleitas, mapeou-se notícias gerais, utilizando o site de notícias G1 por considerar que este é um jornal de amplitude nacional, não sendo específico de algum estado ou cidade. Assim, ele tem o potencial de alcançar a maior parte das/os eleitas/os. Por último, vale mencionar que a pesquisa foi feita apenas entre o período de 27/09/2020, data de início da campanha eleitoral, até a data de finalização da presente pesquisa, 07/06/2021.

c. Mapeamento de experiências internacionais

Para o mapeamento internacional, foram analisadas experiências com políticas públicas relacionadas a candidaturas transgênero e travestis e iniciativas de sucesso quanto ao acesso à participação política, cultural e social de pessoas transgênero e travestis, nos seguintes países: Estados Unidos da América, Argentina, Áustria, Geórgia, Irlanda, Egito e Croácia. Salvo os dois últimos países citados anteriormente — que se tratam de situações específicas — optou-se por verificar o tipo de iniciativa implementada e as principais propostas e referências em relação a cada um dos projetos.

A pesquisa englobou tanto eventuais políticas públicas implementadas internacionalmente como os relatos e experiências pessoais de candidatas/os e políticas/os eleitas/os.

A escolha dos casos em tela se deu, especialmente, pelo amplo acesso às informações quanto à situação da população LGBTQIA+ em cada um destes países. Os estudos foram realizados a partir de exemplos de fundos de financiamento privados nos Estados Unidos, a instituição de uma cota para funcionários públicos transgêneros, transexuais ou travestis no setor público e o *Annual Review of the human rights situation of lesbian, gay, bisexual, trans and intersex people in Europe and Central Asia in 2021*. O material, elaborado pela organização da sociedade civil sem fins lucrativos ILGA EUROPE é responsável por organizar e mapear constantemente a situação da população LGBTQIA+ na região, incluindo temáticas como: acesso à serviços básicos, educação, acesso à oportunidades de trabalho, igualdade e não-discriminação, violência, políticas públicas, coleta de dados, segurança e participação na vida política da sociedade — foco da presente nota técnica.

Assim, a partir de diferentes frentes, passou-se a analisar a possibilidade de implementação de iniciativas similares às experiências internacionais no contexto brasileiro.

d. Nota sobre a linguagem

Por último, cabe ressaltar que dado o tema e o objetivo da pesquisa, foi feita uma escolha de linguagem inspirada no livro *Candidatas em Jogo: Um estudo sobre os impactos das regras eleitorais na inserção de mulheres na política* (RAMOS et. al, 2020, nota de rodapé 1), que também tratava de pesquisa eleitoral. A linguagem desta nota busca contornar a maneira masculina enquanto regra geral da língua. Discussões sobre transexualidade e travestilidade nos levam para debates relacionados à binaridade de gênero enquanto políticas de biopoder (PRECIADO, 2019).

Nesse sentido, sempre que possível, utilizamos a linguagem neutra. Entretanto, quando houver barreiras para escrever dessa forma dada as próprias limitações da língua portuguesa, preferimos adotar os dois gêneros binários, colocando o feminino antes do masculino e utilizando a barra (ex: candidatas/os), “por considerarmos que as barras explicitam uma condição de simetria, diferentemente do uso dos parênteses, que parece indicar um gênero principal e um secundário. A escolha de uma linguagem específica não é um mero detalhe” (RAMOS et. al, 2020, nota de rodapé 1).

Esse cuidado é necessário pois a linguagem comum e corriqueira impõe relações de assimetria. Queremos, ao longo da nota, reafirmar nosso entendimento da linguagem como um mecanismo de manutenção de desigualdades e, além disso, reconhecer nosso compromisso com o ato de ressignificar essa linguagem que opera contra corpos não universais. Como coloca Audre Lorde, “[p]ara aquelas entre nós que escrevem, é necessário esmiuçar não apenas a verdade do que dizemos, mas a verdade da própria linguagem que usamos” (LORDE, 2020).



PARTE 3

Direito eleitoral e diversidade
de gênero: o panorama brasileiro

4. Parte 3:

Direito eleitoral e diversidade do gênero: o panorama brasileiro

a. Histórico de candidaturas transgênero e travestis no Brasil

2020 foi um ano que marcou a eleição de, ao menos, 30 pessoas transgênero e travestis para vereanças em todo o Brasil, porém a história das candidaturas transgênero e travestis não começou agora: o ano de 1992 marcou a eleição da primeira travesti para um cargo político no Brasil, Kátia Tapety. Vereadora do município de Colônia do Piauí/PI, Kátia foi eleita em 1992, 1996 e 2000, sendo a vereadora mais votada do município nas três eleições (BENEVIDES, 2020).

O caminho aberto por Kátia foi seguido por outras candidaturas transgênero e travestis desde então; entretanto, a falta de registro frente ao TSE impõe um grande obstáculo quando tenta-se recontar essa história. Para suprir essa lacuna criada na produção de dados, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais, passou a realizar o mapeamento de candidaturas e eleições de pessoas transgênero e travestis a partir de, junto a pesquisadoras e pesquisadores que acompanharam o processo eleitoral. Tem-se, então, 2 (dois) relatórios da ANTRA já publicados, além do de 2020, que será explorado com profundidade

no ponto (b): o das eleições municipais de 2016; e das eleições gerais de 2018.

Em 2016, 80 (oitenta) pessoas transexuais e travestis se candidataram a cargos de vereança e 2 (duas) pessoas para o cargo de prefeita. De acordo com o mapeamento da ANTRA:

“Na Região sudeste temos 30 candidaturas a vereadores e 1 para prefeita em Caraguatatuba SP. Não identificamos candidaturas no estado do Espírito Santo. Região Nordeste 23 candidaturas a vereadores e 1 para prefeita na cidade de Alagoinhas BA. Só não foram identificadas candidaturas Trans até o momento em Maceió/AL. Região Sul 12 candidaturas Trans para vereadoras nos três estados da região. Na Região Norte tem 10 candidaturas Trans, só não foram identificadas candidaturas no Tocantins. A Região Centro Oeste recebeu 05 candidaturas nos estados de Mato Grosso do Sul e Goiás, e não foi identificada nenhuma candidatura Trans no Distrito Federal e Mato Grosso”. (SIMPSON; NOGUEIRA, 2016).

Das 80 candidaturas, oito pessoas travestis e transexuais, que se expressam e reivindicam a feminilidade, foram eleitas em 2016, todas para cargos de vereança: Jordana Ferreira, do PSD, no município de Pimenta Bueno (RO); Shirley Costa, do PP, no município de Pilar/PB; Brenda da Silva Sant´Uoni, do PP, no município de Viçosa/MG; Pâmela Volp, do PP, no município de Uberlândia/MG; Isaías

Martins, do PMDB, no município de Patos de Minas/MG; Andressa Sales, do PSB, no município de Guarujá/SP; Tieta, do PSDB, no município de São Joaquim da Barra /SP; e Katia Ross, do PR, no município de Cruz Alta/RS. Nenhum homem trans foi eleito; e nenhum cargo de prefeito foi ocupado por uma pessoa trans.

As eleições seguintes, de 2018, também marcaram a história da participação política de pessoas transgênero, com a eleição de Erica Malunguinho, primeira pessoa trans a ocupar um cargo em uma Assembleia Legislativa ao ser eleita deputada estadual de São Paulo (MACHADO, 2018); e de Erika Hilton, que também chegou à Assembleia Legislativa de SP por meio da eleição do mandato coletivo⁷ da Bancada Ativista.

Essas duas eleitas fazem parte de um universo de 53 (cinquenta e três) candidatas e candidatos transgênero e travestis, que concorreram para cargos de deputada/o estadual, distrital e federal (BENEVIDES; SIMPSON, 2018). Esse número foi mais de nove vezes maior do que nas eleições gerais de

2014, quando houve somente 5 pessoas transgênero candidatas e nenhuma eleita. Hoje, a Assembleia Legislativa de São Paulo é a única a contar com representantes eleitos transgênero em

todo o Brasil; e o Congresso Federal segue sem ter tido um representante transgênero ou travesti em sua história. No entanto, as eleições de 2020 marcaram uma virada na eleição de pessoas transgênero e travestis no âmbito municipal:

**FORAM QUASE
300 PESSOAS
CANDIDATAS E
30 ELEITAS, AMBOS
OS NÚMEROS AO
MENOS TRÊS VEZES
MAIORES DO QUE OS
DADOS DA ELEIÇÃO
MUNICIPAL DE 2016.**

Esses dados apresentam consonância com o aumento de candidaturas LGBTs no geral (SILVA, 2016).

⁷ Mandatos coletivos são mandatos formados por duas ou mais pessoas. Há uma pessoa que representa na urna o mandato e co-eleitas/os que debatem e participam das escolhas.

b. O caso de 2020: perfil das/os eleitas/os

i. Marcadores sociais: gênero, raça e escolaridade

Com base nos dados coletados foi possível perceber que a média de idade das candidaturas transgênero e travestis eleitas é de 40 anos, sem contar as/os co-vereadoras/es⁸. No que tange a marcadores raciais:

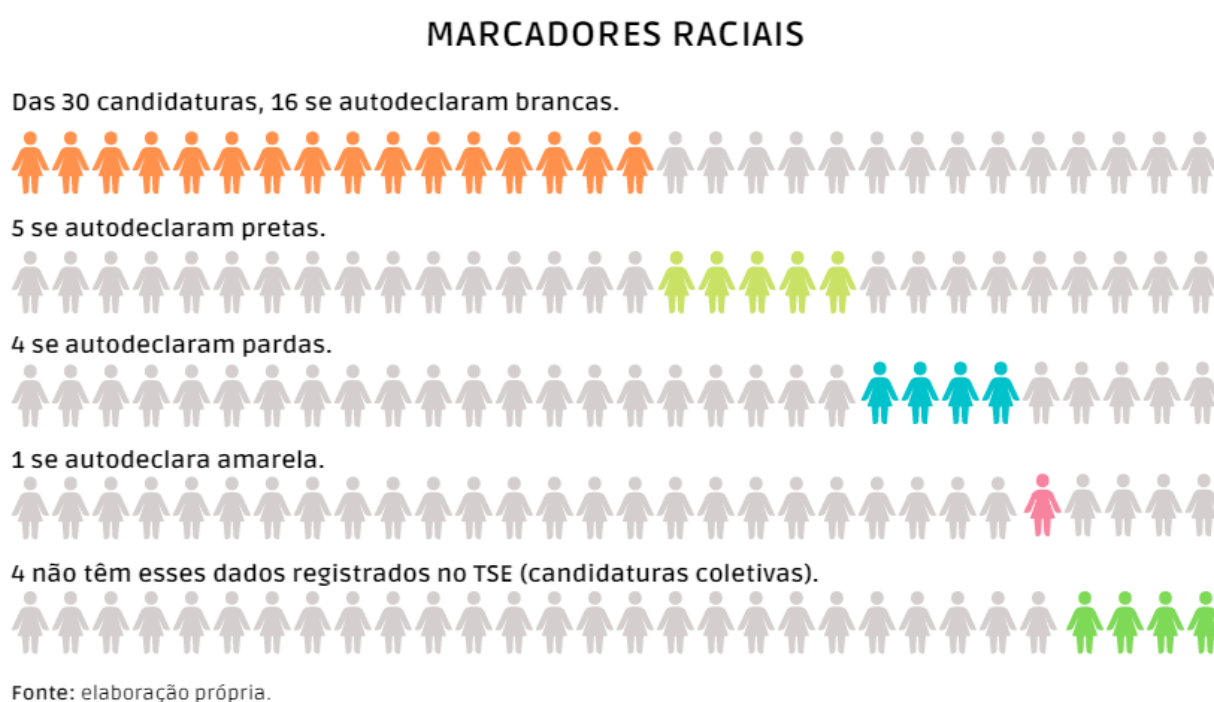


Imagem 1. Marcadores raciais entre as/os eleitas/os. Fonte: elaboração própria.

Sobre gênero, a maioria das candidaturas eram de pessoas que reivindicam e expressam a feminilidade e algumas se autodeclararam mulheres. Pelo o que foi possível observar, Thammy Miranda foi o único homem trans que se candidatou individualmente. Além dele, Heitor Gabriel fez parte da candidatura coletiva encabeçada por Wesley da Dialogue e foi eleito co-vereador⁹.

8 Nenhum candidata/o transgênero ou travesti eleita/o encabeçou mandatos coletivos, mas quatro pessoas transgênero foram eleitas em mandatos encabeçadas por pessoas cis. Apesar de o número de mandatos coletivos ter crescido exponencialmente desde 2016, o sistema do TSE não cataloga essa minúcia em seus dados. Nesse sentido, pessoas transgênero e travestis em mandatos coletivos ficaram de fora da análise que dependia diretamente de dados advindos do sistema do TSE. Nos casos em que isso ocorre, nos gráficos estão discriminadas as candidaturas coletivas que não se sabe a resposta.

9 Não foi possível heteroidentificar o gênero de duas das pessoas eleitas, mesmo com a busca nas redes sociais.

Outro fator que envolve a análise de gênero dos dados fornecidos pelo TSE é a questão do nome. O nome registrado, para além do nome de urna, é um mecanismo muito relevante de identificação, sendo essencial que o seu preenchimento respeite a identidade de todas/os as/os candidatas/os. O campo “nome social” foi incluído no registro das candidaturas em 2018, após decisão do TSE¹⁰.

Entretanto, observando as/os 30 candidatas/os eleitas/os, 5 (cinco) candidatas/os têm seus nomes incluídos no registro que diferem dos nomes utilizados socialmente pelas pessoas, sendo, provavelmente, nomes mortos¹¹ e há uma disparidade entre o gênero registrado no TSE e o gênero que a pessoa se identifica em oito candidaturas. Tal problemática é muito relevante, considerando que a Resolução do TSE nº 23.609/2019 determina explicitamente, no artigo 9-D, que “a Justiça Eleitoral restringirá a divulgação de nome civil dissonante da identidade de gênero declarada no alistamento ou na atualização do Cadastro Eleitoral.”

Dessa forma, extrai-se a hipótese de que o problema pode estar na maneira como o campo de nome social vem sendo preenchido.

Ao realizar uma pesquisa aprofundada para compreender os problemas de eficácia da inserção do campo “nome social”, percebeu-se que há: (i) pessoas transgênero e travestis não preenchendo o espaço de nome social de forma correta¹²; e (ii) pessoas cis preenchendo o espaço, o que faz com que os dados coletados por meio desse mecanismo sejam incertos. A respeito desta questão, Luiz Augusto Campos, em palestra na FGV, identifica que um potencial problema pode ser o fato de que não há, por parte do TSE, um controle sobre quem preenche os dados das/os candidatas/os. Muitas vezes, os cadastros das candidaturas são realizados pelos partidos, assessores ou outros terceiros, e isto pode influenciar diretamente em um mecanismo que se baseia na autodeclaração/autoidentificação.

¹⁰ Resolução TSE nº 23.609/2019.

¹¹ Denomina-se “nome morto” nomes de registro de nascimento de pessoas transexuais e travestis, que não são mais compatíveis com a identidade da pessoa em questão. Usualmente, o nome morto é um nome que indica um gênero diferente do que a pessoa se identifica.

¹² Foi possível observar dois movimentos em relação ao uso de nome social de pessoas trans: primeiro algumas pessoas completavam o campo de “nome social” mesmo já tendo feito a retificação do nome. Outras pessoas trans, por mais que não tivessem o nome retificado, não preencheram o campo de “nome social”.

A respeito destes problemas de preenchimento, a ANTRA pondera:

“É importante o TSE estabelecer regras mais rígidas e que o nome social cumpra seu papel junto às pessoas trans e somente a essas. O uso do nome social por pessoas cis tem nos causado uma série de problemas, pois causam uma alteração nos dados finais e comprometem o uso dessa tecnologia, assim como sua análise sobre a participação ou acesso de pessoas trans”. (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020).

A identificação desta problemática, no entanto, é muito relevante para que seja possível uma análise de eficácia da Resolução nº 23.609/2019 do TSE; notou-se, durante a pesquisa, que mesmo pessoas que estudam a questão eleitoral, mas não estão diretamente estudando pessoas transgênero e travestis, não tem conhecimento de tais fragilidades do mecanismo de nome social. A partir deste diagnóstico, é possível pensar em melhorias e recomendações para que os campos de nome social e identidade de gênero de fato reflitam a identidade das/os candidatas/os transgênero e travestis. Essas recomendações se encontram na parte 5 da presente nota técnica. Em relação à escolaridade, há uma grande diversidade entre as candidaturas, como é possível identificar no gráfico¹³ abaixo.

ESCOLARIDADE DAS CANDIDATURAS ELEITAS

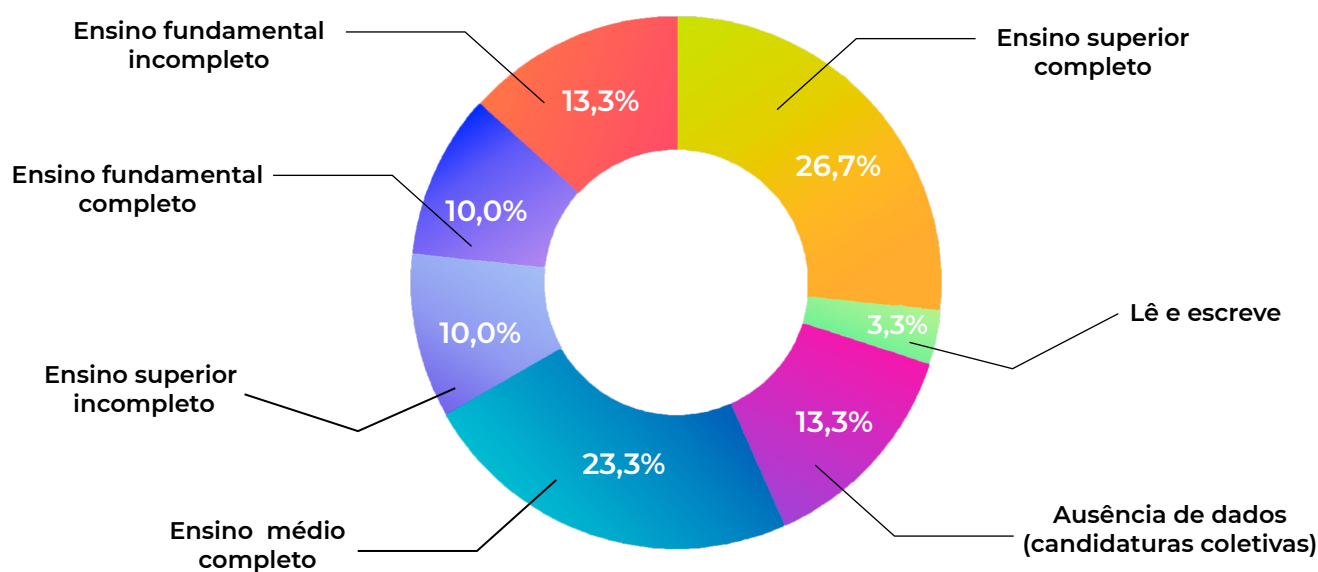


Gráfico 1. Gráfico comparando a escolaridade das candidaturas eleitas no ano de 2020 para cargos de vereança. Legenda: Ensino superior completo (26,7%); Ausência de informações (candidaturas coletivas) (13,3%); Lê e escreve (3,3%); Ensino médio completo (23,3%); Ensino médio incompleto (10,0%); Ensino fundamental completo (10,0%); Ensino fundamental incompleto (13,3%). Fonte: Elaboração própria.

¹³ Todos os gráficos apresentados foram elaborados pelo grupo, com base na tabela de coleta de dados presente no anexo A.

ii. Localização geográfica e posição político-partidária

Um importante ponto de análise diz respeito à cidade de eleição das candidaturas e aos contrastes regionais, de tamanho de cidade e partidários.

A maior parte das candidaturas se elegeu em municípios da região Sudeste (76,7%) do país, seguido de Sul (13,3%), Nordeste (6,7%) e Norte (3,3%). Não houve nenhuma candidatura eleita na região Centro-Oeste. Quanto ao tamanho da cidade, foi possível observar maior número de candidaturas eleitas em cidades muito pequenas e médias do que em megacidades¹⁴.

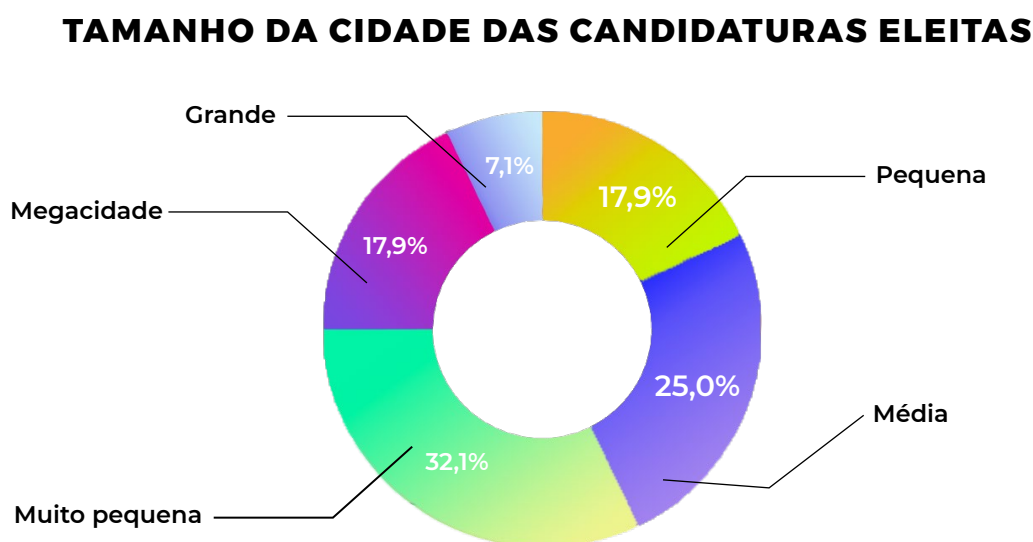


Gráfico 2. Gráfico comparando o tamanho das das candidaturas eleitas no ano de 2020 para cargos de vereança.
Fonte: elaboração própria.

As candidaturas de partidos de direita estavam mais presentes em cidades menores. Das nove candidaturas eleitas por partidos de direita apenas uma foi em uma megacidade (São Paulo/SP), outra em uma cidade grande (Uberlândia/MG) e duas em uma cidade média (Araçatuba/SP). As outras 5 destas candidaturas foram eleitas em cidades muito pequenas, sendo as/os candidatas/os filiadas/os a partidos de médio e grande porte. Esse fenômeno, contudo, não se reproduz entre partidos de esquerda nem de centro.

¹⁴ Para mais informações sobre o tamanho das cidades conferir a metodologia e Anexo A.

Considerando a posição político-ideológica dos partidos¹⁵, as candidaturas transgênero e travestis eleitas se concentram majoritariamente em partidos de esquerda (PT, PDT e PSOL). Vale adicionar que esse foi o espectro que mais elegeu pessoas transgênero e travestis em megacidades (São Paulo/SP e Belo Horizonte/MG), elegendo menos em cidades muito pequenas que o espectro da direita. Partidos de centro, por sua vez, não elegeram nenhuma candidatura em cidades grandes ou megacidades.

Pelo tamanho dos partidos, independentemente de posição política, não há uma diferença significativa entre grandes, médios e pequenos. Entretanto, é possível identificar que partidos grandes de centro (60%) elegeram mais do que pequenos (20%) e médios (20%) do mesmo espectro.

Em suma, cabe afirmar que foram eleitas candidaturas à vereança:

1. De esquerda quando partidos pequenos (PSOL) apostaram em megacidades e cidades grandes. Com a exceção de Anabella Pavão e Benny

Briolly que hoje ocupam cargos de vereança em Batatais/SP, uma cidade pequena e Niterói/RJ, uma cidade média. Totalizando 6 eleitas/os;

2. De esquerda quando partidos médios (PDT) apostaram em cidades pequenas ou muito pequenas. Com a exceção da Duda Salabert eleita em uma megacidade. Totalizando 4 eleitas/os;

3. De esquerda quando partidos grandes (PT) apostaram em cidades médias e pequenas. Totalizando 4 eleitas/os;

4. De direita quando partidos médios apostaram em cidades muito pequenas. Com exceção de Thammy Miranda que foi eleito em São Paulo. Totalizando 3 eleitas/os.

5. De centro quando partidos grandes (MDB) apostaram em cidades muito pequenas ou pequenas. Totalizando 3 eleitas/os.

¹⁵ Para mais informações sobre o tamanho das cidades conferir a metodologia e **Anexo B**.

iii. Financiamento de Campanha

O financiamento de campanha é, ainda hoje, um dos principais mecanismos de impulsionamento de candidaturas: seja qual for o mecanismo de campanha, todas/os as/os candidatas/os têm que despende uma grande quantidade de dinheiro para ter chances de ter uma campanha exitosa. A respeito da população LGBT, Gustavo Gomes destaca:

As candidaturas LGBT possuem importantes desafios a serem superados, de forma a alcançarem uma posição de maior destaque no campo político brasileiro. O primeiro deles está em obter o apoio, fundamental para se tornarem politicamente viáveis, de indivíduos LGBT engajados no ativismo político [grifo nosso] (SILVA, 2016).

Na tabela abaixo, é possível observar uma sistematização dos recursos declarados ao TSE pelas candidaturas transgênero e travestis eleitas para vereança:

	DOAÇÕES DE PARTIDOS	TOTAL DE RECURSOS RECEBIDOS	PORCENTAGEM DE RECURSOS QUE VIERAM DE PARTIDOS
MÉDIA TOTAL	R\$16.325,71	R\$28.842,59	33,13%
Média brancas	R\$17.708,89	R\$18.938,46 ¹	35,71%
Média Pretas	R\$15.654,6	R\$28.589,09 ²	35,21%
Média Pardas	R\$822,50	R\$2.689,00	26,58%
Média Amarelas ³	R\$38.124,93	R\$43.624,93	87,39%
Média Candidaturas Coletivas	R\$15.558,06	R\$17.602,96	32,30%
Média Candidaturas Individuais	R\$21.685,24	R\$91.233,98	13,21%
Média Esquerda	R\$20.218,14	R\$43.535,85	44,55%
Média Direita	R\$15.262,12 ⁴	R\$41.715,228	36,97%
Média Centro	R\$39.057,48	R\$57.397,32	32,14%

Notas sobre a tabela

1 Os valores dessa coluna ficaram mais altos por conta dos valores investidos na campanha de Thammy Miranda, a pessoa trans eleita que mais recebeu doação de partidos (R\$ 182.400,00, ou 98% de todo o dinheiro investido). Além disso, ele é o que mais investiu dinheiro atrás apenas do quilombo periférico com R\$ 230.980,76.

2 A candidatura de Erika Hilton destoou das demais tanto em relação a doação de partidos quanto no que tange ao total de recursos recebidos. Enquanto a vereadora obteve R\$ 62.484,34 e R\$ 97.621,34, respectivamente, o segundo maior financiamento entre pretas tinha R\$ 9.056,66 e R\$27.867,11

3 Havia apenas uma candidata que se autodeclarava amarela e nenhuma que se autodeclarava indígena.

4 Vide nota de rodapé 1.

Dentre as 30 candidaturas eleitas analisadas, a média de recursos recebidos foi de R\$28.842,59. Entretanto, 19 das 30 candidaturas não tiveram nem R\$5.000,00 para fazer a campanha. Pode-se perceber, então, que há um grande desamparo econômico dado a maioria das/os eleitas/os transgênero e travestis em 2020, havendo poucas exceções – notadamente, as candidaturas de Erika Hilton e Duda Salabert, que foram apoiadas em massa.

Ainda, em relação à origem do financiamento destas candidaturas, a média de doação de partidos foi de R\$16.325,71, constituindo um terço (33%) do financiamento das campanhas. Entretanto, **treze, ou seja, quase metade das/os eleitas/os, não receberam nenhum repasse do próprio partido, e três candidaturas foram eleitas sem nenhum dinheiro investido: Dandara (MDB), Lorim da Valéria (PDT) e Regina Lourenço (AVANTE).**

Por fim, considerando a raça das/os eleitas/os, percebe-se que não há grande disparidade entre candidaturas brancas e pretas, contudo foi possível identificar que as candidaturas pardas tiveram muito menos financiamento, tanto dos partidos quanto de outras

fontes. Esta constatação está em consonância com a própria literatura, pois como explica Gustavo Gomes, é um dos grandes desafios impostos a eleição de pessoas transgênero e travestis (SILVA, 2016).



PARTE 4

Candidaturas transgênero e
travesti eleitas: desafios e perspectivas

5. Parte 4:

Candidaturas transgênero e travesti eleitas: desafios e perspectivas

Ao analisar as candidaturas é importante não essencializar as pessoas eleitas apenas como pessoas transgênero ou travestis. Elas são um conjunto de marcadores sociais e além deles. Como afirmou Audre Lorde:

“ Entre mulheres lésbicas eu sou negra; e entre as pessoas negras, eu sou lésbica. Qualquer ataque contra as pessoas negras é um problema para lésbicas e gays, porque eu e milhares de outras mulheres negras somos parte da comunidade lésbica. Qualquer ataque contra lésbicas e gays é um problema para pessoas negras, porque milhares de lésbicas e homens gays são negros. Não existe hierarquia de opressão”. (LORDE, Audre, 2019, p.236).

Ainda que não exista uma coleta de dados específica sobre esse aspecto, as pesquisas realizadas para a construção desta nota evidenciaram a existência de interseccionalidades altamente relevantes entre as candidaturas transgênero e travestis no Brasil.

Assim como muitas das candidatas eleitas em 2020, muitas pessoas transexuais, transgêneros e travestis no Brasil são também mulheres

e/ou pessoas negras. Essas interseccionalidades impõem novas camadas de vulnerabilidade social à determinados grupos, o que significa não apenas uma diminuição ainda mais acentuada de sua representatividade política como um aumento drástico do risco de violência, como deixam claros os dados coletados pela ANTRA:

Em 2020, dentre os casos analisados em nossa pesquisa nos quais foi possível identificar a identidade racial da vítima, percebemos que 78% eram travestis/mulheres trans negras - pretas e pardas (de acordo com o Estatuto da Igualdade Racial), explicitando ainda mais os fatores da desigualdade racial nos dados de assassinatos contra pessoas trans, como já estava ratificado nas edições anteriores (BENEVIDES; SIMPSON, 2021).

Ainda que seja inegável o aumento da violência política contra pessoas trans e travestis em 2020, o fenômeno não está restrito à última eleição. Os números deste ano podem estar relacionados a diversos fatores, como por exemplo o aumento de candidatas e candidatos transgênero e travestis em 2020, quanto ao aumento dos níveis de violência generalizada contra a população trans e travesti nos últimos anos:

“E em referência aos meses de janeiro a abril, em 2017 tivemos 58 assassinatos, 63 em 2018 e 43 ocorrências em 2019. Percebemos assim o aumento de 49% de aumento nos assassinatos em relação ao mesmo período de 2019, e acima dos anos anteriores - 2017 e 2018, com 66 casos em 2020 e 56 em 2021 (...)” (BENEVIDES; SIMPSON, 2021).

Nesse sentido, é importante ressaltar casos anteriores, como o da deputada eleita do PSOL Erica Malunguinho, que sofreu ameaça de violência transfóbica de deputado filiado ao PSL na Alesp, em 2019; ou posteriores, como as diversas formas de transfobia e violência institucional sofridas pela vereadora Lins Robalo, do PT, ao longo de 2021.

O aumento da representatividade feminina no campo político, que vem sendo uma preocupação do TSE nas últimas eleições, não pode vir desassociado dos marcadores de raça e de identidade de gênero, pois são fenômenos conjuntos. Tendo em vista que muitas vezes esses grupos se sobrepõem, o aumento da representatividade de um tende a impactar positivamente os outros.

a. Violência política contra pessoas transgênero e travestis eleitas: casos brasileiros

Um dos maiores desafios enfrentados pelas/os candidatas/os e eleitas/os transgênero e travestis hoje, no Brasil, é a violência política, tanto no período de campanha quanto no exercício do mandato. A fim de apresentar casos paradigmáticos de violência política sofrida por pessoas transgênero e travestis em 2020, vê-se a necessidade de definir o que se entende por violência política, e compreender como a violência vem afetando a possibilidade de exercício dos direitos políticos de pessoas trans e travestis desde bem antes de 2020.

Uma definição para o termo “violência política” foi definida no Projeto de Lei nº 2462, que está em tramitação no Senado Federal. O Projeto de Lei conceitua violência política como o ato de:

“Restringir, impedir ou dificultar, com emprego de violência física, sexual, ou psicológica, o exercício de direitos políticos a qualquer pessoa em razão de seu sexo, raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”. (BICUDO, 1991)

No entanto, cabe ainda avaliar algumas definições mais amplas do conceito de violência política, apresentada em diversos relatórios e pesquisas realizados sobre o tema. O Instituto Marielle Franco, em seu relatório A violência política contra mulheres negras: eleições 2020, definiu violência política a partir do conceito traçado pela OEA (Organização dos Estados Americanos):

“Uma ação, conduta ou omissão realizada de forma direta ou por meio de terceiros, podendo se materializar por meio de agressões físicas, psicológicas, morais, sexuais, virtuais, institucionais, raciais, de gênero, LGBTQI+fóbicas, entre outras, e podendo ser cometidas contra candidatas, eleitas, nomeadas ou na atividade da função pública” [grifo nosso] (Instituto Marielle Franco, 2020, p.5).

Desta definição, já é possível perceber um fator importante da violência política: ela pode se materializar de diferentes formas e ter diferentes vieses, tendo sempre como alvo uma pessoa que ocupa um cargo público. Neste mesmo sentido, a ANTRA, em seu Dossiê dos assassinatos e da violência contra pessoas Trans em 2020, traz uma definição feita pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos:

Entendemos como violência política a agressão física, psicológica, econômica, simbólica ou sexual contra a mulher, com a finalidade de impedir ou restringir o acesso e exercício de funções públicas e/ou induzi-la a tomar decisões contrárias à sua vontade. Inclui-se nesta concepção as eleitas, as candidatas aos cargos eletivos, as ocupantes de cargos públicos, as dirigentes de conselhos de classe, de empresas estatais e das entidades de representação política [grifo nosso] (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p.88).

Em uma terceira tentativa de conceitualização, a organização Terra de Direitos e Justiça Global define, em seu relatório Violência Política e Eleitoral no Brasil: panorama das violações de direitos humanos de 2016 a 2020, a violência política como incluindo três definições e inserindo ataques a pessoas, grupos e às instituições democráticas. Para fins do presente trabalho, duas dessas definições são relevantes:

[Considera-se como violência política] [o] repertório de atos físicos ou de intimidação psicológica praticado, diretamente ou por meio de terceiros, por pessoa ou grupo de pessoas, detentoras ou não de funções de representação política ou mandatos eletivos, com o objetivo de atentar contra a vida, agredir, ameaçar, ofender ou limitar ilegalmente, por qualquer meio, o pleno desenvolvimento e a participação política de dirigentes partidárias/os e representantes eleitas/os, candidatas/os e pré-candidatas/os.

[Considera-se como violência política] [a] tos físicos, de intimidação psicológica e/ou discriminatórios, agressões, disseminação de discursos de ódio e conteúdo ofensivo contra grupos historicamente discriminados, em especial pessoas eleitas, candidatas, pré-candidatas ou designadas para exercer papel de representação pública e/ou política, com o objetivo de suspender, interromper, restringir, ou desestabilizar seu exercício livre e pleno de representação e participação política (LAURIS; CARVALHO; MARINO; FRIGO, 2020, p.14).

Por fim, destacamos a definição de violência política da vereadora eleita Benny Briolly:

“A truculência, a ameaça, a agressividade. É o tipo de atitude que vai limitando nossa atividade parlamentar, cerceia nossa liberdade e afasta as mulheres da política (...) Falo com tranquilidade, que se fosse um vereador homem ele não agiria daquela forma. As postagens nas redes sociais e o histórico no plenário mostram que eu sou seu alvo preferido. Mulher, negra, travesti”. Quer oprimir para que eu desista [grifo nosso] (FRANCO, 2021).

A partir de uma combinação dos conceitos e definições apresentados, a presente nota técnica considera como violência política atos de agressão física, psicológica, moral, virtual ou institucional contra pessoas que fazem parte da cena pública brasileira, cometida com o objetivo de **atentar contra a vida, agredir, ameaçar,**

ofender ou limitar ilegitimamente, por qualquer meio, o pleno desenvolvimento e a participação política de dirigentes partidárias/os e representantes eleitas/os, candidatas/os e pré-candidatas/os e impedir ou restringir o acesso e exercício de funções públicas.

Tendo determinado o que se considera como violência política, é importante pontuar que, apesar de o escopo da presente nota técnica se restringir aos dados das eleições de 2020, a violência política contra pessoas trans e travestis não é um fenômeno novo ou isolado. Destaca-se, como caso paradigmático, a violência sofrida por Erica Malunguinho em 2019, dentro da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), no qual um deputado estadual do PSL afirmou “se ver um homem no banheiro, tiro a tapa”. Ao passo que mais pessoas trans e travestis ocupam espaços de poder, a violência é sistêmica como uma resposta e uma tentativa de calar suas vozes; por este motivo, as eleições de 2020 marcaram, ao mesmo tempo, um aumento de representatividade e um aumento da violência.

Com base no mapeamento de notícias de violência política contra as pessoas transgênero e travestis eleitas em 2020¹⁶, foi possível identificar um padrão sistemático de perpetuação da violência.

Foram quatro tipos de violência encontrados: VIRTUAL, MORAL, PSICOLÓGICA E FÍSICA; e INSTITUCIONAL tanto no mandato quanto durante as campanhas.

As violências virtuais sempre são ou um desrespeito ao gênero da representante eleita, ameaças à integridade física e psicológica ou assédios sexuais. Foram registrados diversos ataques em páginas de redes sociais de diferentes candidaturas, como relata uma das vereadoras: “[n]a internet eu não recebi ameaça direta à minha integridade física ou à minha vida, mas muito assédio sexual, principalmente depois da eleição, e alguns comentários raivosos de extrema direita” (ALESSI, 2021). Outra afirmou que grupos de internet se organizaram para a atacar com xingamentos (MARTINS, 2020).

Referente às violências físicas, vale citar dois casos: um homem que efetuou disparos de arma de fogo em frente à casa da integrante do Quilombo Periférico, Samara Sosthenes¹⁷, e também as bombas jogadas na residência de Carolina Iara¹⁸.

Diversas violências ocorreram nas ruas também, conforme relata Benny Briolly: “[p]ara mim é preocupante. É assustador. Depois das eleições, as coisas complicaram muito. São xingamentos e ameaças de linchamento nas ruas (...)”¹⁹ (LEMOS, 2020). Ela também foi xingada nas ruas por um grupo de homens, todos apoiadores do presidente Jair Bolsonaro. Ela conta que “chegaram a nos intimidar nas banquinhas, nos chamando de ‘puta’, ‘piranha’, dizendo que deveríamos morrer. Vale dizer que, além de mim, estavam apenas jovens, em sua maioria mulheres, que fazem parte da nossa campanha”²⁰

17 Informação disponível em:

<<https://www.bol.uol.com.br/noticias/2021/02/01/em-uma-semana-segunda-covereadora-do-psol-sofre-atentado-a-tiros-em-casa.htm>>

18 Informação disponível em:

<<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/04/02/policia-conclui-que-nao-houve-atentado-contr-covereadora-do-psol-em-sao-paulo.ghtml>>

19 Informação disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/12/08/vereadora-trans-relata-ameaca-vou-te-matar-do-jeito-que-matamos-marielle.htm>>.

20 Informação disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/10/22/ronnie-lessa-vai-te-pegar-candidata-do-psol-recebe-ameacas-no-rj.htm>>.

¹⁶ Tabela completa disponível no **Anexo D**.

(LEMOS, 2020). No que tange aos autores, em maior parte, as notícias apresentavam violências praticadas por desconhecidos. Em outros casos, eram advindas de outros vereadores, sendo todas estas violências morais e psicológicas, principalmente referentes ao pronome e ao gênero da/o vereador/a, como foi feito por Douglas Gomes (PTC-RJ) quando se dirigiu ao microfone e chamou Benny Briolly de “vagabundo, moleque, seu merda e mentiroso” (Marie Claire, 2021). Em seguida tentou agredi-la fisicamente, sendo impedido pelos colegas de bancada²¹.

Foi encontrado também um grupo organizado de violências, uma organização específica que atacou diversas vereadoras, como relata Benny Briolly:

“ Recebi essa grave ameaça via email. Após minhas companheiras @taliriapetrone @duda_salabert @caroldartora13 @profanaluciamartins @suelenrosim passarem pela mesma situação, nossa resposta ainda é a mesma: não vamos sair dos espaços de poder. A estrutura transfóbica e racista desse país não vai prevalecer. Iremos tomar as medidas judiciais cabíveis. Ao que tudo indica, o nome que assina todos estes emails, Ricardo Wagner Aroucha, faz parte de uma rede de

ódio da internet chamada dogolachan. Mais um ataque coordenado a parlamentares. Racistas e fascistas não passarão! ” (BRIOLLY, 2021)²²

Este grupo tem mirado em candidaturas progressistas, de esquerda, compostas por mulheres negras, transgênero e travestis. Nas mensagens de ódio, os autores avisam que planejam para elas o mesmo destino de Marielle, apresentando, inclusive, que sabem o endereço da vítima e/ou onde ela trabalha²³:

“ Enquanto você ganha um salário de vereador apenas por ser um pedreiro de peruca, eu estou desempregado, minha esposa está com câncer de mama e estamos vivendo do auxílio emergencial. Eu juro que se você não renunciar ao mandato vou comprar uma pistola 9mm no Morro do Engenho aqui no Rio de Janeiro e uma passagem só de ida para Niterói e vou te matar. Eu já tenho todos os seus dados e vou aparecer aí na sua casa [endereço]. (...) Não adianta avisar a polícia ou andar com seguranças. Nada no mundo vai me impedir de te matar. Vou te matar do mesmo jeito que meu grupo matou a Marielle! Pois é. Nós matamos a Marielle ” (FRANCO, 2021).

22 Informação disponível em: < <https://www.facebook.com/bennybriollyreal/posts/282508827776293/> >

23 Informação disponível em: < <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/12/08/vereadora-trans-relata-a-meaca-vou-te-matar-do-jeito-que-matamos-marielle.htm> >.

21 Informação disponível em: < <https://revistamarieclaire.globo.com/Noticias/noticia/2021/03/benny-briolly-acusa-vereador-de-agressao-trans-fobia-racismo-e-quase-fisicamente.html> >.

Estas violências, no caso de Benny, acarretaram sua decisão por auto exílio em busca de segurança política. A vereadora decidiu deixar o país após receber reiteradas ameaças de morte nos últimos cinco meses²⁴ (RODRIGUES, 2021).

Não são apenas as eleitas que têm sofrido violências. Alguns apoiadores, durante o período de campanha, também foram vítimas, como um caso já citado. Outra situação foi uma apoiadora transexual que foi agredida com mordidas e golpes de bastão no meio da Avenida Paulista²⁵ (HILTON, 2021). A violência política contra pessoas trans e travestis que emergiu com as eleições de 2020 foi também objeto de matéria do Fantástico, exibida no dia 30/05/2021. Na matéria, é apresentada uma pesquisa que afirma que todas as 28 vereadoras trans e travestis eleitas relataram ter sofrido algum tipo de ameaça (FANTÁSTICO, 2021), destacando-se a violência virtual. Na mesma reportagem, destaca-se que “ter votos nem sempre é ter voz. 17% das parlamentares trans declararam já terem sido impedidas de falar”

(FANTÁSTICO, 2021), enfatizando a violência também dentro do ambiente do plenário²⁶. Percebe-se então que essas violências não são fruto apenas de transfobia, mas carregam consigo racismo, classismo e misoginia. “Tem requinte de transfobia, mas também um viés político muito forte”²⁷ (PINHONI, 2021). São reflexos da ocupação de espaços que antes não eram ocupados por pessoas não brancas, transexuais e travestis. Nenhuma dessas violências são fatos isolados, mas sim “uma forma de querer silenciar corpos pretos, periféricos e trans que estão agora dentro da política”²⁸ (COSTA; ORTEGA, 2021). Tendo em vista esse cenário, uma das possíveis interpretações é de que essas violências transmitem o recado de que pessoas transexuais e travestis não são bem-vindas no espaço da política institucional.

26 Informação disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/9559839/programa/>>.

27 Informação disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/02/01/cove-readora-do-psol-registra-boletim-de-ocorrencia-apos-ho-mem-atirar-para-o-alto-na-porta-da-sua-casa-em-sp.ghtml>>.

28 Informação disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/sa-manta-sosthenes-covereadora-quilombo-periferico-ataque-atentado-tiro-camara-sao-paulo/>>.

24 Informação disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/05/13/vereadora-benny-briolly-de-nite-roi-deixa-o-pais-apos-receber-ameacas-de-morte-diz-asses-soria.ghtml>>.

25 Informação disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CHbVCjtn4lg/>>.

“ Causamos tanto estranhamento que somos recebidas com esse tipo de violência, porque sabem que nossa presença ali significa uma transformação da política e da sociedade como um todo e que nós temos projeto. E esse projeto faz enfrentamento direto às estruturas patriarcais, racistas, capitalistas, e é tudo que eles mais odeiam ” (FRANCO, 2021).

Há, também, um local comum do qual grande parte dos discursos que acabam em violência partem: principalmente nas violências perpetradas dentro dos plenários, um viés moral-religioso contra a chamada “ideologia de gênero” se destaca. Como ressalta a ANTRA, a ideologia de gênero é uma ferramenta de ódio que é refletida por meio de políticas institucionais que fecham o diálogo a respeito “dos direitos das mulheres, cis e trans, e, principalmente de pessoas não-cisgêneras”.

(BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 43)

A narrativa político-religiosa contra a chamada “ideologia de gênero” impacta profundamente no tema da violência política:

“ A interferência na política de representações de fundamentalistas religiosos tem potencializado a organização de discursos de ódio em nome de uma ideologia religiosa dominante. Promovem-se ataques e ameaças diretas aos direitos e à própria existência da população trans, expondo à violência exponencialmente as parlamentares que passam a ocupar as casas legislativas, cada vez mais tomadas por um pensamento conservador, antidemocrático, que fere a

laicidade do Estado brasileiro” . (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 91)

A influência de motivações de cunho moral-religioso também podem ser aferidas em análise quantitativa, como mostra o gráfico elaborado pela ANTRA:

MOTIVAÇÕES PRESENTES NA VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA PESSOAS TRANSGÊNERO E TRAVESTIS

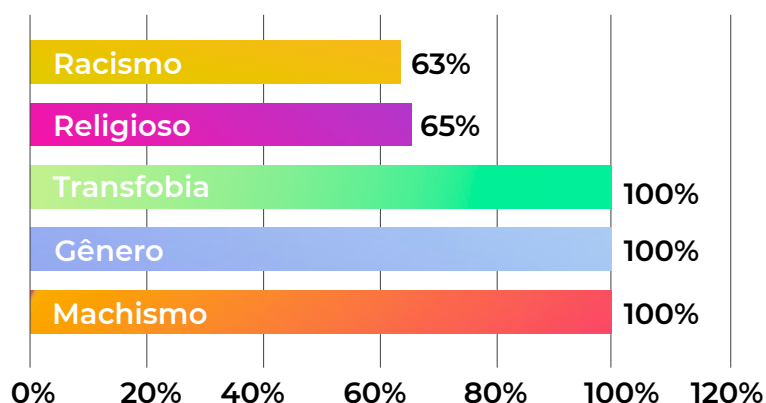


Imagem 2. Gráfico sobre motivações presentes na violência política contra pessoas transgênero e travestis (BENEVIDES, Bruna, 2021).

b. Soluções apresentadas ao Brasil para os casos de violência política

Com base nesses casos apresentados, apenas em 4 deles foram noticiadas denúncias formais decorrentes das violências. Destes 4: há apenas o boletim de ocorrência e outros a denúncia em delegacia especializada (DECRADI e DHPP). As respostas das autoridades são noticiadas em menor número do que as próprias denúncias. Apenas 3 investigações policiais foram abertas e ainda estão em andamento. Para as violências que ocorreram dentro das casas legislativas não foram encontradas sanções administrativas e de quebra de decoro para os vereadores agressores.

Foi feita denúncia em palestra realizada à FGV por Carolina Iara de que mulheres transgênero e travestis não receberam as mesmas proteções do que mulheres cis, violência causada pela institucionalização da transfobia e que coloca mais ainda à margem e sob o risco das ameaças candidaturas transgênero e travestis. Esse estudo empírico precisa ser desenvolvido e, se comprovado, demonstrará uma violência institucional decorrente da ausência de proteção a essas candidaturas.

Vale mencionar que na cidade de São Paulo, após três vereadoras transgênero e travestis serem ameaçadas de morte, o Legislativo municipal decidiu disponibilizar dois policiais da Guarda Civil Militar para toda/o vereadora/or que tiver ameaças à segurança e registrar Boletim de Ocorrência denunciando o fato. Além disso, também haverá a designação de um procurador especialmente para acompanhar as apurações policiais em andamento ²⁹ (MONTEIRO, 2021).

Esta decisão, contudo, se aplica apenas as/os vereadoras/es eleitos titulares de mandatos diplomados e não co-vereadoras/es e/ou assessoras/es. Este é um problema no caso de co-vereadoras/es, como no caso de Carolina Iara (Bancada Feminista-SP) e Samara Sosthenes (Quilombo Periférico-SP) que não são protegidas pela extensão desta determinação. O reconhecimento legal das candidaturas coletivas pelo TSE encontra um entrave na própria proteção destas co-candidaturas.

Para além das decisões dos poderes estatais, é relevante pensar em soluções (ou a falta delas) no que tange

²⁹ Informação disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/blog/lideranca-do-psol-abor-da-casos-de-violencia-cometidos-contraintegrantes-do-partido-em-sao-paulo/> >.

aos partidos das pessoas ameaçadas. Das notícias mapeadas apenas o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) “contratou uma equipe de advogados especializada em crimes de internet” e articulou medidas de segurança ³⁰ (LEMOS, 2020).

A omissão estatal no que tange a respostas efetivas que assegurem o bem estar e os direitos das pessoas transgênero e travestis que ocupam cargos eletivos teve também reflexos internacionalmente. A mobilização de atores internacionais é de extrema relevância, principalmente por validar ou identificar a falta do Estado brasileiro perante às violações de direitos descritas.

Dois movimentos envolvendo atores internacionais ocorreram em 2021: (i) a existência de uma recomendação da Revisão Periódica Universal a respeito de aumentar a participação de mulheres na política (o que força algumas atitudes estatais como, por exemplo, a audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias no dia 07 de maio de 2021; e (ii) mais especificamente sobre o tópico de violência política contra mulheres negras e pessoas transgênero e travestis, a existência de denúncias à

³⁰ Informação disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/10/22/ronnie-les-sa-vai-te-pegar-candidata-do-psol-recebe-ameacas-no-rj.htm>.

Comissão Interamericana de Direitos Humanos, realizada em audiência de 23 de março de 2021.

“A reunião, exclusivamente direcionada às denúncias dos casos brasileiros, foi resultado da articulação das organizações Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA); Criola; Terra de Direitos; Instituto Marielle Franco; Justiça Global; Rede Nacional de Negras e Negros LGBT e o Instituto Raça e Igualdade, que protocolaram o pedido de audiência para visibilizar e reivindicar do governo brasileiro uma atuação coordenada para proteger a vida e os direitos políticos das candidatas eleitas, diante do fenômeno da violência política e eleitoral”. (RODRIGUES, 2021)

A audiência pública foi de extrema importância para dar visibilidade e ciência sobre as situações de violência política no Brasil, e contou também com a presença de representantes do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. O objetivo era, a partir dessa denúncia, “reivindicar do governo brasileiro uma atuação coordenada para proteger a vida e os direitos políticos das candidatas eleitas, diante do fenômeno da violência política e eleitoral” ³¹ (RODRIGUES, 2021).

c. O cenário internacional: iniciativas públicas e privadas que colaboraram para a campanha eleitoral de candidatas e candidatos transgênero e travestis³²

No geral, nota-se uma grande dificuldade em encontrar dados sobre candidaturas de pessoas transgênero e travestis em outros países. Sabe-se que muito disso reflete a evidente problemática de não se discutir suficientemente sobre tal questão de forma mais ampla.

Nas pesquisas encontradas, foi nítida a prevalência de pouca - ou quase nenhuma - iniciativa governamental a fim de incentivar a eleição de candidatas transgênero e travestis. Por contrário, notou-se, ainda, em alguns lugares, a presença de uma certa legitimação legal e governamental para com a violência contra pessoas transgênero e travestis. A exemplo disso, cabe analisar o caso do Iraque, no qual a perseguição contra a comunidade LGBTQIA+ se alastrou ainda mais com a chegada do grupo terrorista Estado Islâmico. Segundo Amir Ashour, fundador do grupo de

³¹ Informação disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/04/02/policia-conclui-que-nao-houve-atentado-contr-covereadora-do-psol-em-sao-paulo.ghtml>.

³² Para mais informações, verificar a Parte 2 da presente nota técnica quanto à metodologia. Os dados apresentados ao longo dessa seção estão disponíveis em: https://www.il-ga-europe.org/sites/default/files/2021/full_annual_review.pdf.

apoio lraqueer, as pessoas transgênero e travestis acabam sendo as mais humilhadas e atacadas fisicamente, pelos próprios policiais, por apresentarem uma “aparência diferente” devido ao tratamento com hormônios.

No Egito, o cenário não se difere muito. Mesmo com a homossexualidade sendo legal no país, o governo se utiliza de uma lei, de número não localizado e datada de 1961, para condenar toda a comunidade LGBT alegando “deboche costumeiro”. Esse “deboche” impede a própria pauta política e o levantamento da pauta LGBTQIA+ enquanto uma discussão política. Ademais tantas outras violências sistêmicas e governamentais negativas para com as pessoas transgênero e travestis, é possível, também, encontrar o que poderia ser considerado como “pequenas” barreiras, mas que também influenciam de forma drástica a eleição. Nas eleições de 2020 dos Estados Unidos, grande parte dos norte-americanos transgêneros não puderam votar³³, já que seu nome e aparência não se assemelhavam com aquela presente na carteira de identidade.

33 Segundo relatório do Instituto Williams na Faculdade de Direito da UCLA, o número de eleitores trans elegíveis é de cerca de 378 mil.

Fica evidente a pouca preocupação do governo norte-americano com a comunidade transgênero e travestis, uma vez que não se preocupou em ajustar suas políticas antigas –esta, no caso, para evitar fraude nas eleições – para tal comunidade. Mesmo diante de todo o exposto acima, é de extrema importância trazer, também, a presença de iniciativas positivas, em âmbito internacional. São elas:

PAÍS DE IMPLEMENTAÇÃO	TIPO DE INICIATIVA	PROPOSTAS E PROJETOS DE REFERÊNCIA
Estados Unidos da América	O sistema eleitoral norte americano fomenta a criação de organizações privadas que se responsabilizam por arrecadar fundos e organizar as campanhas de candidatas/os transgênero ao redor do país - que não representam, na prática, políticas governamentais específicas de apoio à candidaturas transgênero e não binárias.	<p>Projeto “LGBTQ Victory Fund”: um comitê de ação política de atuação nacional que trabalha para alcançar e manter a igualdade, aumentando o número de funcionários eleitos abertamente LGBTQIA+ em todos os níveis de governo. A organização oferece suporte estratégico, técnico e financeiro aos candidatos e mantém uma base de dados para o acompanhamento das candidaturas, onde é possível consultar o número de funcionários eleitos, em que posição governamental atuam, sua identidade de gênero, orientação sexual, etnia e partido político.</p> <p>Projeto “Trans United Fund”: um comitê de ação política de atuação nacional, focado exclusivamente nas/os candidatas/os transgênero, com premissas similares às do projeto “LGBTQ Victory Fund”.</p>

PAÍS DE IMPLEMENTAÇÃO

TIPO DE INICIATIVA

PROPOSTAS E PROJETOS DE REFERÊNCIA

Argentina

Decreto 721/2020, em que fora estabelecida a instituição de uma cota para funcionários transgêneros, transexuais ou travestis no setor público; visando a inclusão trabalhista da comunidade trans.

De acordo com esta medida, os cargos devem ser preenchidos “em proporção não inferior a 1% de todos eles” por pessoas transgênero ou travestis, desde que “reúnam as condições de aptidão para o cargo” e em “qualquer uma das modalidades de contratação vigentes”. Para isso, o governo instituiu o **“Cadastro Voluntário de Travestis, Transexuais e / ou Transgêneros que Pretendem Ingressar no Setor Público Nacional”**, que conterá os perfis profissionais dos interessados, mas não será necessário ter seu nome na lista para se candidatar a qualquer cargo. O formulário de interesse inclui perguntas sobre campos de atuação de interesse, formação educacional e renda, além de informações que buscam averiguar a situação de vulnerabilidade dos candidatos, através de dados como escolarização e histórico empregatício. Pessoas em maior situação de vulnerabilidade serão priorizadas pelo sistema, e segundo o Ministério das Mulheres, Gênero e Diversidades da Argentina, “A plataforma não se baseia em currículo, mas valoriza o tipo de desenvolvimento das pessoas transgênero e travestis a partir de seus desejos, buscas de trabalho e nos âmbitos onde queiram se desenvolver.”

PAÍS DE IMPLEMENTAÇÃO	TIPO DE INICIATIVA	PROPOSTAS E PROJETOS DE REFERÊNCIA
Áustria	Eventos promovidos pela organização da sociedade civil “The Homosexual Initiative Vienna-HOSI” .	Realização de painéis de debate com representantes de cinco partidos políticos para ampliar e pautar a discussão sobre os direitos LGBTQIA+ e as perspectivas pré-eleições.
Áustria	Projeto do Ministério do Interior para expansão da coleta de dados acerca de crimes de ódio no país.	O projeto tem como objetivo, através de esforços estatais, melhor implementar as obrigações e deveres internacionais, especialmente o artigo 14 da Convenção Europeia de Direitos Humanos.
Geórgia	Projeto do “National Democratic Institute” —uma organização não-governamental, sem fins lucrativos e não partidária — de desenvolvimento e apresentação de recomendações para políticos sobre as demandas e necessidades da população LGBTQIA+ durante o período eleitoral.	A organização trabalha em parceria em âmbito internacional para fortalecer ideais democráticos —passou a trabalhar com recomendações aos políticos no que diz respeito à inclusão de pautas de grupos vulneráveis em suas campanhas, em especial em relação à população LGBTQIA+.
Irlanda	Projeto da organização da sociedade civil “Be-LonG” para a elaboração de um manifesto para que aqueles que vencessem as eleições fossem capazes de entender e implementar projetos para a população LGBTQIA+.	Lançamento do manifesto #VoteWithPride em janeiro de 2021, para expor e delinear de forma clara as prioridades que o novo governo deve trabalhar em relação aos jovens LGBTQIA+.



PARTE 5

Recomendações

6. Parte 5:

Recomendações

Frente aos dados e às reflexões apresentadas, com base em experiências internacionais e nacionais, a presente nota técnica visa externar, ainda, recomendações baseadas em iniciativas além das estritamente voltadas à comunidade trans, para que seja possível mitigar os desafios e violências que perpassam diversos grupos minorizados na política eleitoral.

Neste ponto, alguns exemplos internacionais apresentam iniciativas dignas de nota, como a expansão do sistema de coleta de dados sobre crimes de ódio, incluindo as diferentes formas de violência política praticadas contra as/os candidatas/os transgênero e travestis ou ainda a organização de informações e prioridades que o governo deve trabalhar em relação aos jovens LGBTQIA+, em especial no que diz respeito à inclusão desta população na política do país.

Outro aspecto relevante foi observado em uma pesquisa realizada pela organização “TransAid” na Croácia (ILGA, 2021). A pesquisa realizada em 2021 adaptou a metodologia utilizada em 2017 em que eles buscavam entender

como se dava o tratamento de pessoas intersexuais, parando de utilizar o termo “intersexo”. Com isso, as taxas de resposta ampliaram significativamente por parte dos hospitais, de 14 para 21 hospitais, relatando casos e respondendo a pesquisa. Isto é, nota-se aqui, o impacto da aplicação de uma metodologia adequada para o tratamento da existência transgênero e travesti na política e a importância de que o TSE proporcione para as/os candidatas/os transgênero e travestis, a opção de utilizar os termos e denominações adequados.

No entanto, faz-se necessário pontuar que muitas das iniciativas internacionais não são necessariamente aplicáveis à realidade brasileira, ao menos não sem alguma adaptação ao contexto nacional. É necessário fazer especial ressalva à iniciativa norte-americana que, apesar dos bons resultados, depende inteiramente da vontade e organização da sociedade civil, tendo em vista que se baseia inteiramente em fundos privados sem nenhuma intervenção ou incentivo por parte do governo. A garantia de direitos políticos

de candidatas e candidatos transexuais, transgêneros e travestis no Brasil não será alcançada sem políticas públicas efetivas, e depender única e simplesmente da boa vontade e organização privada seria uma atitude extremamente negligente por parte da justiça eleitoral. Levando todo o exposto em consideração, optou-se por apresentar, de maneira esquematizada, algumas das recomendações que podem contribuir com um novo cenário para as candidaturas de pessoas transgênero e travestis nas eleições de 2022

CATEGORIAS	A QUEM SE DESTINA	RECOMENDAÇÃO	OBJETIVO
Proteção de eleitas/os perante a violência política	TSE, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e respectivas Secretarias de Direitos Humanos no âmbito estadual.	Organização de um plano de proteção às/ aos candidatas/os eleitas/os, familiares e assessores com recursos alocados e amparo das organizações locais de Direitos Humanos. Isto é, um programa que possibilite que a pessoa não precise ser afastada do seu mandato. Este programa deve incluir as/os co-vereadoras/es. É importante que os mecanismos de pedido de proteção sejam responsivos e céleres, sem que deixem as pessoas aguardando respostas, dada a urgência dos casos.	No Projeto de Lei em tramitação acerca da nova Lei de Segurança Nacional (PL N.º 2.462 de 1991) há a definição de violência política. Contudo, ele falha ao não incluir pessoas LGBTQIA+ na proteção contra esta violência. Sendo assim, é necessário que, além do legislativo, crie-se e propostas relacionadas ao tema e, mais do que isso, propostas que reconheçam certas vulnerabilidades sociais, tal qual orientação de gênero. Assim, tem-se como objetivo, combater a proteção das/os eleitas/os. Almejando que as/os políticas/os sejam apenas afastadas/os de seus mandatos, garantindo, assim, sua atuação política democraticamente garantida.

CATEGORIAS	A QUEM SE DESTINA	RECOMENDAÇÃO	OBJETIVO
Padronização no âmbito dos estados e a coordenação nacional da coleta de dados sobre violência política destinados a pessoas transgênero e travestis.	TSE, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e respectivas Secretarias de Direitos Humanos no âmbito estadual.	Necessidade de padronização no âmbito dos estados e a coordenação nacional de uma coleta de dados sobre crimes de ódio, incluindo um mapeamento acerca da violência política contra candidaturas de pessoas transgênero e travestis.	Mapear dados sobre violência política no Brasil para a criação de políticas públicas adequadas. É necessário que os dados de diferentes municípios e estados estejam unificados e padronizados para possibilitar também ações nacionais.
Levantamento Nacional de dados sobre população LGBTQIA+ no Brasil	IBGE e outros entes que realizam pesquisas	Coletar dados sobre quantas pessoas LGBTQIA+ existem no país, a violência que sofrem e sua relação com a política.	Mapear dados sobre a população LGBTQIA+ no Brasil para a criação de políticas públicas adequadas e possibilitar um melhor mapeamento da população transgênero e travesti.
Coleta de dados	TSE e outros entes que realizam pesquisas	Necessidade de coleta de dados sobre candidaturas transgênero e travestis: inserir a coleta de identidade de gênero no cadastro (sugestão TSE).	Mapear dados sobre as candidaturas transgênero e travestis no Brasil no momento do preenchimento do cadastro, com o objetivo de identificar os problemas envolvidos e criar políticas públicas adequadas.

CATEGORIAS	A QUEM SE DESTINA	RECOMENDAÇÃO	OBJETIVO
Nome social	TSE	Explicação sobre o campo de “nome social” no momento do preenchimento do cadastro da candidatura.	Definir e detalhar o que se entende pelo termo de forma que a identificação da/o candidata/o não permeie a discriminação e, consequentemente, amplie a exclusão social sofrida por este grupo e afaste ainda mais a existência transgênero e travesti na política eletiva.
Nome social	Partidos políticos	Maior capacitação e instrução por parte dos partidos políticos no que tange ao preenchimento do formulário de candidatura.	Como em muitos casos quem preenche o formulário de candidatura não é a/o própria/o candidata/o, é importante que quem o faça tenha a capacitação e o entendimento sobre nome social e identidade de gênero da pessoa que se candidata, bem como dos conceitos para saber como preencher cada campo.
Proposta de curso	TSE, Sociedade Civil, Partidos Políticos e Instituições de Ensino Superior	Proposta de curso a ser realizado pelo TSE com o apoio de organizações da sociedade civil sobre diversidade para candidatas/os eleitas/os logo após as eleições passando por temas como: nome social, identidade de gênero, orientação sexual, etc...	Educar e capacitar a classe política no que diz respeito às demandas e necessidades das pessoas LGBTQIA+.

Assim, como elucidado, a dificuldade da representação de pessoas transgênero e travestis na política se apresenta tanto em diferentes momentos - seja na sua candidatura ou no mandato - como de diferentes modos exemplificados pelas desigualdades que operam no processo eleitoral e a violência sistêmica sofrida por essa comunidade. Por meio desse estudo, que teve como objeto de análise os dados e experiências resultantes das candidaturas transgênero e travestis no ano de 2020, a presente nota técnica teve como objetivo, primordialmente, enfatizar as barreiras que são enfrentadas por essa comunidade no Brasil para, assim, tentar identificar uma possível atuação transversal como forma de superação de tal realidade. Trazendo como referência experiências internacionais e nacionais, procura-se expressar iniciativas presentes em diferentes áreas que, por conseguinte, possam ser incorporadas para um melhor tratamento e atenção a essa realidade.



BIBLIOGRAFIA

ALESSI, Gil. Covereadora do PSOL, que teve a casa alvejada: “Não podemos ter outra Marielle Franco em São Paulo. Uma Marielle trans”. El País: 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-28/covereadora-do-psol-cuja-casa-foi-alvo-de-tiros-nao-podemos-ter-outra-marielle-franco-em-sao-paulo-uma-marielle-trans.html>>. Acesso em: 10 mai. 2021.

ANTRA; SIMPSON, Keila. Eleições 2016: Candidaturas trans 2016. . Disponível em: <<https://antrabrasil.org/eleicoes2016/>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

ANTRA. Candidaturas trans 2018. Disponível em: <[CANDIDATURAS TRANS 2018 – Associação Nacional de Travestis e Transexuais](#)>. Acesso em: 20 abr. 2021.

BENEVIDES, Bruna. Em 1992, Kátia Tapety foi a primeira travesti eleita na política do Brasil. Disponível em: <<https://revistahibrida.com.br/2020/09/04/em-1992-katia-tapety-foi-a-primeira-travesti-eleita-na-politica-do-brasil/>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

BENEVIDES. Bruna; SIMPSON, Keila. Mapeamento de candidaturas de Travestis, Mulheres transexuais, homens trans e demais pessoas trans em 2020. ANTRA, 2020. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/11/lista-final-15nov2020-1.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara Naidier Bonfim (Org.). Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021. Disponível em <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2021.

BICUDO, Hélio. Projeto de lei 2462/1991. Define os crimes contra o Estado Democrático de Direito e a Humanidade. Brasília: Câmara dos Deputados, 1991. Disponível em <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=18156>>. Acesso em 10 jun. 2021.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. Raça e Eleições no Brasil. Editora Zouk, 2020.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. In: Revista Sociedade e Estado. Volume 31, Número 1, Janeiro/Abril, 2016.

COSTA, Samuel; **ORTEGA**, Pepita. Vereadora Samara Shostenes (PSOL) é a terceira parlamentar trans alvo de ataque a tiros em São Paulo. Estadão, 2021. Disponível em: <[Coveadora Samara Sosthenes \(PSOL\) é a terceira parlamentar trans alvo de ataque a tiros em São Paulo](#)>. Acesso em: 10 mai. 2021.

Pitkin, Hanna Fenichel. The Concept of Representation. Berkeley: University of California Press, 1972.

FRANCO, Andressa. 2021. Violência política é tema de atividade virtual da Articulação de Mulheres Negras Brasileiras. Disponível em < <https://revistaafirmativa.com.br/violencia-politica-e-tema-de-atividade-virtual-da-articulacao-de-mulheres-negras-brasileiras/> > Acesso em: 10/05/2021.

FRANCO, Andressa. 2021. Vereadora trans de Niterói, Benny Briolly, denuncia colega de Casa bolsonarista por agressão. Disponível em: < <https://revistaafirmativa.com.br/vereadora-trans-de-niteroi-benny-briolly-denuncia-colega-de-casa-bolsonarista-por-agresao/> > Acesso em: 10/05/2021.

INSTITUTO MARIELLE FRANCO. A violência política contra mulheres negras: eleições 2020. Rio de Janeiro, RJ. 2020. Disponível em: <violenciapolitica.org>. P. 5

ILGA EUROPE. Anual review of the human rights situation of lesbian, gay, bisexual, trans and intersex people in Europe and Central Asia. ILGA EUROPE: 2021. Disponível em: <https://www.ilga-europe.org/sites/default/files/2021/full_annual_review.pdf>. Acesso em: 21/04/2021.

LAURIS, E.; CARVALHO, S.; MARINO, G.; FRIGO, D (coord.) Violência Política e Eleitoral no Brasil: panorama das violações de direitos humanos de 2016 a 2020. Curitiba: Terra de Direitos e Justiça Global, 2020 p. 14.

LEMOS, Marcela. Vereadora trans relata ameaça: ‘Vou te matar do jeito que matamos Marielle’. Universa Uol: 08/12/2020. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/12/08/vereadora-trans-relata-ameaca-vou-te-matar-do-jeito-que-matamos-marielle.htm>>. Acesso em: 10 mai. 2021.

LEMOS, Marcela. “Ronnie Lessa vai te pegar”: candidata do PSOL recebe ameaças no RJ. Uol: 22/10/2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/10/22/ronnie-lessa-vai-te-pegar-candidata-do-psol-recebe-ameacas-no-rj.htm>>. Acesso em: 10 mai. 2021.

LORDE, Audre. Irmã Outsider: ensaios e conferências. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MACHADO, Livia. SP elege sua primeira deputada transgênera. G1: 08/10/2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2018/noticia/2018/10/08/sp-elege-sua-primeira-deputada-estadual-transexual.ghtml>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

MARTINS, Leonardo. Cobras da Câmara são fichinha perto do que passe, diz travesti eleita. Uol: 05/12/2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/12/05/cobras-da-camara-sao-fichinha-perto-do-que-passei-diz-travesti-eleita.htm>>. Acesso em: 10 mai. 2021.

Redação Marie Claire. Benny Briolly acusa vereador de agressão: Transfobia, racismo e quase fisicamente. Marie Claire: 26/03/2021. Disponível em: <<https://revistamarieclaire.globo.com/Noticias/noticia/2021/03/benny-briolly-acusa-vereador-de-agressao-transfobia-racismo-e-quase-fisicamente.html>>. Acesso em: 10 mai. 2021.

MIGUEL, Luís Felipe. Política de interesses, política do desvelo: representação e “singularidade feminina”. Revista de Estudos Feministas, ano 9. pp. 253-267, 2001.

MONTEIRO, Daniela. Liderança do PSOL aborda casos de violência cometidos contra integrantes do partido em São Paulo. Câmara Municipal de São Paulo: 2021. Disponível em: <<https://www.saopaulo.sp.leg.br/blog/lideranca-do-psol-aborda-casos-de-violencia-cometidos-contraintegrantes-do-partido-em-sao-paulo/>> . Acesso em: 10 jun. 2021.

OLIVEIRA, José Marcelo Domingos; MOTT, Luiz (Org.). Mortes Violentas de LGBTQ+ no Brasil – 2019. Relatório do Grupo Gay da Bahia. Disponível em: < <https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

PERES, Milena Cristina Carneiro; SOARES, Suane Felipe; DIAS, Maria Clara. Dossiê sobre lesbocídio no Brasil de 2014 até 2017. Livros Ilimitados: Rio de Janeiro, 2018.

PINHONI, Marina. Covereadora do PSOL registra boletim de ocorrência após homem atirar para o alto na porta da sua casa em SP. G1: 01/02/2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/02/01/covereadora-do-psol-registra-boletim-de-ocorrencia-apos-homem-atirar-para-o-alto-na-porta-da-sua-casa-em-sp.ghtml>>. Acesso em: 10 mai. 2021.

PRECIADO, Paul B. Gênero enquanto tecnologia política. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Bazar do tempo: Rio de Janeiro, 2019.

RAMOS, Luciana de Oliveira et al. Candidatas em jogo: um estudo sobre os impactos das regras eleitorais na inserção de mulheres na política. São Paulo: FGV Direito SP, 2020.

RODRIGUES, Matheus. Vereadora Benny Briolly, de Niterói, deixa o país após receber ameaças de morte, diz assessoria. G1: 13/05/2021. Disponível em: < <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/05/13/vereadora-benny-briolly-de-niteroi-deixa-o-pais-apos-receber-ameacas-de-morte-diz-assessoria.ghtml> >. Acesso em: 26 mai. 2021.

RODRIGUES, Thaís. Mulheres parlamentares denunciam violência política em audiência internacional. Congresso em Foco: Uol, 23/03/2021. Disponível em <<https://congressoemfoco.uol.com.br/direitos-humanos/mulheres-parlamentares-denunciam-violencia-politica-em-audiencia-internacional/>> Acesso em: 25 mai. 2021.

SILVA, Gustavo Gomes da Costa. Diversidade sexual, partidos políticos e eleições no Brasil contemporâneo. Revista Brasileira de Ciência Política, set-dez de 2016: 147-186. Disponível em < <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/mMSQSYVHs5XpW9TpmbLhYYb/abstract/?lang=pt> > Acesso em: 10/06/2021.

SÖGUE-HOUS, Débora. Madalena Leite, 1ª vereadora travesti de Piracicaba, é assassinada. Metrôpoles: 07/04/2021. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/madalena-leite-la-vereadora-travesti-de-piracicaba-e-assassinada>>. Acesso em: 21 abr. 2021.



ANEXOS

ANEXO A:

Mapeamento das/os eleitas/os

[Anexo A: mapeamento das/os eleitas/os](#)

ANEXO B:

Tamanho das cidades por número de habitante

< 50 mil	50-100 mil	100 - 500 mil	500 mil - 10 milhões	> 10 milhões
Muito pequena	Pequena	Média	Grande	Megacidade

ANEXO C:

Tamanho e posição política dos partidos

PARTIDOS	POSIÇÃO IDEOLÓGICA	TAMANHO
PMDB/MDB	Centro	Grande
DEM	Direita	Grande
PSDB	Centro	Grande
PDT	Esquerda	Médio
PTB	Direita	Médio
PP	Direita	Médio
PT	Esquerda	Grande
PL	Direita	Médio
PR	Direita	Médio
Republicanos	Direita	Médio
PSB	Esquerda	Médio
PPS	Centro	Médio
Cidadania	Centro	Médio
PCdoB	Esquerda	Médio
PV	Centro	Médio
PRB	Direita	Médio
SD	Direita	Médio

PROS	Direita	Médio
PSD	Centro	Médio
PRP	Direita	Pequeno
PMN	Direita	Pequeno
PSOL	Esquerda	Pequeno
PSL	Direita	Pequeno
PSC	Direita	Pequeno
PTdoB	Direita	Pequeno
AVANTE	Direita	Pequeno
PSDC	Direita	Pequeno
DC	Direita	Pequeno
PHS	Centro	Pequeno
PTN	Direita	Pequeno
Podemos	Direita	Pequeno
PRTB	Direito	Pequeno
PCB	Esquerda	Pequeno
PPL	Centro	Pequeno
PSTU	Esquerda	Pequeno
PEN	Direita	Pequeno
PATRI	Direita	Pequeno
Novo	Direita	Pequeno
Rede	Centro	Pequeno
PMB	Direita	Pequeno
PCO	Esquerda	Pequeno

ANEXO D:

Mapeamento de notícias sobre violência política

[Anexo D: mapeamento de notícias sobre violência política](#)



**CANDIDATURAS TRANS E TRAVESTIS:
OBSTÁCULOS E VIOLÊNCIAS NA POLÍTICA
BRASILEIRA | JUNHO DE 2021**